

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE E COMUNICAÇÃO HUMANA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTI+ DE PORTO ALEGRE:
ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS, SUAS EMERGÊNCIAS E LUTAS
NA INTERFACE COM A REDE DE ATENDIMENTO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE
ARIEL BERTONI LOPES

ORIENTADOR:
PROF. DR. GUILHERME GOMES FERREIRA

PORTO ALEGRE, ABRIL DE 2023

ARIEL BERTONI LOPES

**MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTI+ DE PORTO ALEGRE:
ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS, SUAS EMERGÊNCIAS E LUTAS
NA INTERFACE COM A REDE DE ATENDIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social do Instituto de Psicologia, Serviços Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador : Prof. Dr. Guilherme Gomes Ferreira

Porto Alegre

2023

AGRADECIMENTOS

Foi desafiador o processo para a conclusão desta graduação, na qual tive a experiência de acompanhar as ocupações das universidades federais, sistemáticos cortes de verbas da universidade, além de uma pandemia de escala mundial que ainda tem impactos atualmente. Certamente não chegaria a este momento sem apoio de diversas pessoas ao longo desta trajetória.

Gostaria de agradecer à minha mãe, Nanci, por ter sempre sido minha principal referência, por cuidar de mim, por ser essa mulher forte e inteligente, sempre incentivando meu pensamento crítico e meu investimento nos estudos.

Agradeço à minha irmã, Betina que, apesar da distância nos anos de graduação, cuidou de mim praticamente toda a infância e por ser uma grande amiga na vida adulta.

Agradeço ao meu pai, Jorge, por sempre me apoiar nos estudos e me incentivar a buscar conhecimento, além de me ajudar financeiramente durante os anos de graduação.

Agradeço ao meu namorado Rodrigo, que esteve comigo durante esses quase sete anos de graduação, dividindo a nossa casa, o cuidado com nossos gatos Salem e Gunter e toda a vida que construímos juntos.

Agradeço aos meus colegas de curso e amigos, principalmente aos autointitulados “gostosas”, Gabriela, Marcelo, Jucy, Mel, Luiza e Andressa, com destaque para Wellington e Ana, meus eternos companheiros de profissão.

Agradeço aos irmãos Dias, Francielli e Bryan, por viverem junto comigo a inserção na universidade, assim como aos seus pais, que sempre me acolheram como parte da família.

Agradeço aos meus amigos “cracudos”, Duda, Lu e Glai, por me proporcionarem tantos momentos de alegria e ressaca durante esses anos.

Agradeço ao meu orientador, Guilherme Ferreira, por encarar o desafio de realizar esta pesquisa, mas principalmente por ser minha referência nos estudos de gênero e sexualidade.

Agradeço a todas as minhas professoras, que contribuíram imensamente na minha formação profissional.

Agradeço a todos os meus companheiros do PET Saúde Noturno, espaço responsável por eu encontrar pertencimento dentro da universidade.

Agradeço as tutoras do PET, Taty, Mailiz e Loiva que me acompanharam e auxiliaram no meu processo de crescimento enquanto graduando.

Agradeço a todos os meus companheiros no Centro de Referência em Direitos Humanos, especialmente à Eliza e Kaia, com quem pude ter tantas trocas e risadas. Neste espaço pude concretizar o sonho de trabalhar diretamente com a população LGBTI+ e de crescer muito profissionalmente.

Agradeço a todas as minhas supervisoras de estágio, formais e informais, Liana, Anne, Elisa e Chris. Com cada uma de vocês aprendi o que é ser assistente social e a importância da defesa do projeto profissional crítico.

Agradeço a todos os colegas que tive o prazer de conhecer enquanto fazia estágio na FPE.

Agradeço a todos os meus amigos, novos e antigos, por me acompanharem por muito ou pouco tempo.

Por fim, agradeço a todas as pessoas LGBTI+ que vieram antes de mim, em especial aquelas que lutaram ou ainda lutam pela conquista de direitos da nossa população, sem as quais este trabalho jamais seria possível.

RESUMO

A presente produção consiste em um trabalho de conclusão de curso em Serviço Social e objetiva analisar a construção do movimento social LGBTI+ de Porto Alegre, em interface com a rede de serviços para esta população. A motivação para este estudo se dá pela inserção dos autores no próprio movimento LGBTI+ porto-alegrense como sujeitos que fazem parte também dessa comunidade, o que permitiu uma aproximação junto às demandas coletivas das pessoas LGBTI+ e levantando diversas indagações acerca do acesso e afirmação dos seus direitos humanos no Brasil. Buscando responder esse intento, se desenvolveu uma investigação de caráter qualitativo e baseada no método dialético-crítico fundamentado no materialismo histórico. A pesquisa compreendeu uma etapa de coleta de dados, consubstanciada em coleta empírica, documental e bibliográfica a partir da técnica de história oral temática, e outra etapa de tratamento de dados fundamentada na técnica de análise de conteúdo. Para os dados documentais e bibliográficos, buscamos informações especialmente nas teses e dissertações da CAPES sobre as temáticas que envolveram esse trabalho, enquanto que a parte empírica contou com a realização de entrevistas com três representações do Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBT do Rio Grande do Sul, entre representantes da sociedade civil e da gestão estadual, a fim de buscar maiores subsídios sobre a realidade porto-alegrense de luta por direitos e rede de atendimento socioassistencial. Em termos epistemológicos, além do método dialético-crítico, buscou-se realizar algumas articulações com os estudos feministas, os estudos culturais e a teoria *queer*. As análises produzidas a partir do estudo possibilitaram entender a constituição dos movimentos sociais LGBTI+ no Brasil e particularmente em Porto Alegre na sua relação contraditória com o Estado e com a promoção e defesa dos direitos das populações dissidentes em termos sexuais e de gênero, de modo que uma das principais conclusões do estudo é que tem sido essas organizações sociais as responsáveis pelo oferecimento de políticas públicas e serviços especializados para responder às necessidades humanas das pessoas LGBTI+ da cidade, ocupando um papel importante que, ao mesmo tempo em que coloca visibilidade sobre essas lutas sociais, desresponsabiliza e retira o Estado da necessária resposta institucional. Além disso, também se procurou relacionar a discussão com a área do Serviço Social, de forma a contribuir com as recentes reflexões profissionais sobre a temática das dissidências sexuais e de gênero. Nessa seara, pôde-se concluir que embora o Serviço Social se mantenha como uma área de pouca produção de conhecimento sobre esse tema - em comparação com outros campos das ciências sociais e humanas - sua elaboração teórica sobre a população LGBTI+ é fundamental para disputar uma narrativa sociológica sobre o gênero e a sexualidade, pensados como elementos fundamentalmente sociais e estruturais que constituem as relações sociais na sociedade brasileira e a própria questão social.

Palavras-chave: LGBTI+. Movimento Social. Política Social. Serviço Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Caetano Veloso e Ney Matogrosso

Figura 2: Dzi Croquettes

Figura 3: Lésbicas lideram a passeata contra a Operação Limpeza na Cidade de SP

Figura 4: Rosely Roth discursa durante ocupação do Ferro's Bar

Figura 5: "Santinho" do candidato à vereança José Carlos Oliveira, o Zezinho.

Figura 6: Capa da Edição nº 1 do Jornal do Nuances

Figura 7: Capa do CFESS Manifesta de 11 e 12 de junho de 2015

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Frequência das categorias encontradas a partir da análise bibliográfica

LISTA DE SIGLAS

ABHT - Associação Brasileira de Homens Trans

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADO - Ação de Descomprimento Institucional por Omissão

AJURIS - Associação de Juízes do Rio Grande do Sul

AMIG - Ambulatório de Identidade de Gênero

APOLGBT - Associação da Parada do Orgulho LGBT

CEP - Código de Ética Profissional

CEU - Casa de Estudantes Universitários

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CFM - Conselho Federal de Medicina

CGCAP - Coordenação-Geral de Cidadania e Alternativas Penais

CID - Catálogo Internacional de Doenças

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNCD - Conselho Nacional de Combate a Discriminação

CNPCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CRDH - Centro de Referência em Direitos Humanos

DCE - Diretório Central de Estudantes

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional
DIAMGE - Divisão de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos
DIRPP - Diretoria de Políticas Penitenciárias
DPE - Defensoria Pública Estadual
DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EAD - Ensino a Distância
FPE - Fundação de Proteção Especial
GALF - Grupo de Ação Lésbico-Feminista
GAPA - Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS
GHC - Grupo Hospitalar Conceição
HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre
IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Intersexos e demais identidades sexuais e de gênero dissidentes
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MHG - Movimento Homossexual Gaúcho
MJ - Ministério da Justiça
NAR - Núcleo de Abrigos Residenciais
NUPSEX - Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero
OSC - Organização da Sociedade Civil
PEP - Projeto Ético Político
PESI-LGBT - Política Estadual de Atenção Integral à Saúde de LGBT
PNDH - Política Nacional de Direitos Humanos
PNEP - Política Nacional de Educação Permanente
PNSI-LGBT - Política Nacional de Saúde Integral de LGBT
PROTIG - Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero
PSL - Partido Social Libertário
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
SES - Secretaria Estadual de Saúde
STF - Supremo Tribunal Federal
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde

SUSEPE - Superintendência de Serviços Penitenciários

TJRS - Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UHB - União Homossexual Brasileira

UNISC - Universidade de Santa Cruz

UNISINOS - Universidade do Vale dos Sinos

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBTI+ NO PAÍS	15
2.1 Emergência e consolidação no Brasil.....	15
2.2 Nasce o movimento homossexual brasileiro.....	19
2.3 Movimento trans.....	26
3. MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTI+ PORTO-ALEGRENSES	33
3.1 Nuances - grupo pela livre expressão sexual.....	34
3.2 Igualdade RS - Associação de Travestis e Transexuais.....	40
3.3 Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade.....	43
3.4 Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRGS.....	47
4. LUTA POR DIREITOS E REDE SOCIOASSISTENCIAL	50
4.1 Justiça: nome social e casamento civil igualitário.....	50
4.2 Saúde: atenção especializada à população LGBTI+.....	54
4.3 Segurança: criminalização da violência e aprisionamento LGBTI+.....	58
4.4 Assistência social: acolhimento e combate à insegurança alimentar.....	61
4.5 Educação: formação em direitos humanos, gênero e sexualidade.....	62
5. SERVIÇO SOCIAL NA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS LGBTI+	64
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICES	82
Apêndice 1: TCLE.....	82
Apêndice 2: Roteiro de tópicos-guia para entrevista.....	84

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é reflexo de uma investigação científica cujo objetivo foi refletir acerca da constituição do movimento social LGBTI+¹ brasileiro a partir da década de 1970 até os dias atuais, procurando entender como esse processo impacta diretamente na construção de políticas públicas e de respostas institucionais de atendimento especializado para as pessoas dessa comunidade, buscando também problematizar como o serviço social se insere neste debate. A motivação da pesquisa se deu pelas experiências adquiridas durante a graduação, seja na inserção nos campos de estágio, seja por demais espaços e debates acessados neste período, mas, principalmente, por me identificar como jovem LGBTI+.

A temática das dissidências sexuais e de gênero tem ganhado cada vez mais espaço nos debates sociais nos últimos vinte anos, seja pelo fortalecimento da discussão que toma forma em filmes, programas de televisão e reportagens de jornal, fazendo com que o conhecimento sobre o tema seja mais difundido (apesar de muitas vezes ele ficar restrito a dois pontos de vista, o da *representatividade* e o da *identidade*); seja pela inserção de pessoas LGBTI+ na política e nos espaços de tomada de decisão através de assentos de organizações da sociedade civil; seja

¹ A sigla utilizada neste trabalho corresponde à lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e demais identidades sexuais e de gênero dissidentes. É importante notar que essa sigla está em disputa e constante debate, passando por modificações especialmente no interior das conferências nacionais instituídas para debater as políticas públicas e os direitos humanos dessa população. A primeira Conferência Nacional ocorreu em 2008 sob governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito da então Secretaria Especial dos Direitos Humanos; naquele momento, tínhamos nacionalmente a opção pela sigla GLBT. Três anos depois, em 2011, tivemos a segunda Conferência Nacional, sob o governo de Dilma Rousseff e na esteira da mesma Secretaria, ano em que invertemos a ordem das letras e passamos a utilizar LGBT. A terceira Conferência Nacional ocorre em 2016, ainda na presidência de Dilma Rousseff e mantendo a sigla LGBT, apesar de já nomear também as pessoas intersexuais, assexuais e pansexuais no seu relatório final, inclusive em moção para “visibilidade às sexualidades não hegemônicas” (BRASIL, 2016). A quarta Conferência Nacional, que deveria ter ocorrido em 2019 (sendo convocada pelo Decreto n. 9.453 de 31 de julho de 2008 pelo então presidente Michel Temer), jamais ocorreu, sendo revogada pelo Decreto n. 10.346 de 11 de maio de 2020, assinada pelo presidente Jair Messias Bolsonaro. Desde 2016, portanto, não temos um debate público coletivo com representação dos movimentos sociais organizados para construir outra opção de sigla nacional, no entanto, verificamos que diversas propostas têm sido colocadas em debate e optamos pela LGBTI+ por entendermos que ela melhor corresponde ao momento histórico contemporâneo, sendo que o símbolo “+” justamente procura assinalar outras identidades sexuais e de gênero não nomeadas. Outras possibilidades incluiriam o A, de assexual, e o Q, de *queer*; no entanto, entendemos que não há no Brasil movimentos sociais organizados de pessoas assexuais em torno de lutas por direitos (e a sigla é uma representação política e coletiva, ainda que individualmente reconhecamos que as pessoas possam lançar mão de outras possibilidades) enquanto *queer* é muito mais um movimento de contestação identitária do que propriamente uma identidade (FERREIRA, 2018).

pelas mudanças que a sociedade têm passado desde o início do milênio. No entanto, a demanda por direitos desta população não se trata de um fenômeno contemporâneo limitado às duas últimas décadas. A luta por direitos das pessoas dissidentes em termos de orientação sexual ou identidade de gênero remonta ao século XVIII (GREEN; POLITO, 2004), por todo o mundo e nas mais diversas culturas.

Quando pensamos a respeito da constituição do ser humano, é necessário entender que essa construção se dá a partir de múltiplas determinações, quer dizer, a partir de aspectos tanto biológicos quanto psicológicos, culturais e sociais, de modo que a separação destes elementos é sempre realizada com uma finalidade didática para poder aprofundá-los. Ao mesmo tempo, ao se pensar gênero e sexualidade, compreende-se que essas categorias não são fixas, essenciais e imutáveis, pois são construídas historicamente, e podem se alterar de acordo com os aspectos sociais, culturais, econômicos, regionais e até mesmo religiosos de cada sociedade e período histórico, *o que significa dizer que a sexualidade e o gênero dos seres humanos são elementos primariamente sociais e fazem parte da processualidade da realidade; portanto, são reflexo da atividade humana* (RUBIN, 1994; FERREIRA, 2014).

Apesar de o conceito de sexo ser entendido como idêntico ao de gênero pelo conjunto da sociedade (FERREIRA, 2018), este não é ditado por aquele, mesmo que ambos se relacionem. Sexo se configura como uma importante categoria no âmbito da biologia, dizendo respeito às capacidades reprodutivas das pessoas a partir de uma combinação de características como cromossomos, gônadas, genitais e hormônios. Já o gênero, como categoria, é elaborado desde uma perspectiva sociológica, interpretado por símbolos culturais de um processo de relações de força, no qual o vencedor se torna norma (FERREIRA, 2018). Portanto, gênero se refere mais à identidade (entendida não apenas como um elemento subjetivo, mas também objetivo, concreto e social) das pessoas e é carregado de expectativas sociais que buscarão ditar sobre o lugar e o papel que essa pessoa ocupa na sociedade. No entanto, não podemos nos prender a essas expectativas, pois por se tratar de um elemento fundamentalmente social e cultural, carrega consigo historicidade e tem potencial de se transformar de acordo com o tempo, o local, os costumes, etc. Essa diferenciação é fundamental, embora não se queira dizer com ela que o sexo seja, por seu turno, um elemento fundamentalmente biológico e

essencial: este também possui uma história e uma narrativa sociológica (FAUSTO-STERLING, 2002).

A categoria gênero foi utilizada inicialmente pelos movimentos feministas, sobretudo por aqueles norte-americanos, substituindo em determinados momentos a própria palavra “mulher” nos estudos feministas, buscando mascarar seu teor político e se associar às ciências sociais (SCOTT, 1995). Gênero se constituiu como uma categoria que evidencia a desigualdade que surge a partir dos papéis sociais atrelados ao que é ser homem ou mulher e as relações de tensionamento criados entre estes, se desviando do essencialismo biológico centrado no sexo, como afirma Scott (1995, p. 7):

O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”.

Dessa forma, os escritos acerca de gênero buscaram afirmar as mulheres como sujeitos históricos e parte constituinte da história da humanidade. Para Scott, o gênero é uma categoria complexa: é, ao mesmo tempo, “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e [...] é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1995, p. 21), ou seja, parte fundante da nossa sociedade.

Já Butler afirma que o gênero “não é nem resultado casual do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo” (2003, p. 24), pois ele é resultado de um processo cultural e, logo, pode se alterar com as mudanças da cultura vigente. No entanto, a autora coloca em xeque a própria fixidez do sexo ao questionar se esse também não é construído culturalmente, dado que sua conceituação pelas ciências biológicas também serve a interesses específicos ao igualar sexo e gênero. Butler também questiona diretamente a binariedade do gênero e a própria associação deste com o sexo.

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (2003, p. 24-25, grifos da autora).

Nesse sentido as identidades trans tanto binárias quanto aquelas não-binárias² também podem ser consideradas nas discussões acerca de gênero, não invisibilizando as identidades emergentes ou aquelas históricas, espalhadas pelas mais diversas regiões e culturas mundiais, como como por exemplo os *two-spirit*, dos povos originários da América do Norte, ou as *hijras*, da Índia - ambas identidades milenares que não se encaixam nas expectativas ocidentais binárias de gênero/sexo.

Outro fator importante que vai compor a identidade das pessoas é a sexualidade, que vai se referir à atração sexual, ao afeto e às práticas sexuais. As sexualidades dos sujeitos, apesar de se relacionarem com as identidades de gênero, não dependem destas, pois a despeito de como a pessoa assume seu gênero, sua sexualidade está ligada a como e com quem ela se relaciona romanticamente ou sexualmente. Por serem categorias tão intrinsecamente conectadas, elas têm processos históricos similares, pois a sexualidade também se deu de formas muito diversas ao longo da história de acordo com a cultura, economia, religião, localidade, e também é fruto de diversas tensões.

A vivência da sexualidade, em suas diversas formas, esteve ao longo do tempo atrelada às relações de poder, exploração e dominação, processo que atribui legitimidade à determinada forma de sexualidade e legitimidade a tantas outras formas (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020, p. 60).

Logo, nas sociedades capitalistas ocidentais, a hegemonia da heterossexualidade tem um papel de reprodução social que se dá através do casamento heterossexual, tendo o homem cisgênero e heterossexual como sujeito de referência e poder. A sexualidade foi, e ainda é, percustrada pelas mais diversas áreas da ciência e do conjunto da sociedade que procuram encontrar uma explicação para as experiências sociais que fogem da normatividade cis-heterossexual. Na área biomédica já foram, por exemplo, realizados diversos experimentos que buscavam explicações genéticas para a homossexualidade, que segundo Trevisan (2020), se deram como reação a correntes teóricas que buscavam justificar que os comportamentos humanos eram dados a partir do meio social na segunda metade do século XX. Esses exemplos de investigações podem se dar por uma tentativa de “retirar a culpa” dos homossexuais sobre sua condição,

² Termo guarda-chuva para definir as mais diversas identidades que buscam superar a identificação com um binário de gênero, de modo a serem representadas para além do aspecto feminino ou masculino, mantendo-se na tensão entre ambos ou fora deles.

responsabilizando então predisposições genéticas por essa dita “anomalia”. O próprio termo “homossexualismo” foi criado por uma pessoa LGBTI+ no século XIX, de forma que as sexualidades “desviantes” fossem uma condição biológica; portanto, não poderiam ser julgadas de forma condenatória por outros membros da sociedade (TREVISAN, 2020).

É importante destacar que todo esse investimento científico em descobrir a origem da homossexualidade se dá por ela ser vista como algo a ser corrigido, já que jamais se cogitou pesquisar a origem da heterossexualidade, pois esta exerce um papel de referência na sociedade e, logo, é entendida como norma. No que se refere aos aspectos culturais e sua influência na sexualidade, Trevisan (2020) afirma que essa interpretação abria brechas para a ideia de uma “opção sexual”, quando na realidade ninguém tem condições de optar por quem se sente atraído, e que a única opção dos sujeitos sempre foi assumir publicamente seus desejos ou identidades perante o meio social. Portanto, a sexualidade não é ditada nem pela natureza e nem pelo social, mas construída a partir de ambos.

Dessa forma, as pessoas que fogem dos padrões de gênero e sexualidade hegemônicos, ou seja, que não se identificam com a cisgeneridade ou com a heterossexualidade, historicamente sofrem diversas formas de discriminação e violência pelos membros da sociedade que atendem a esses padrões, inclusive de forma institucionalizada pelo Estado, através de prisões, demissões, internações psiquiátricas, entre outros (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020). Nessa esteira, na mesma medida em que essas pessoas foram historicamente oprimidas, constituíram-se estratégias de resistência ao longo de toda a história da humanidade, mas sobretudo, a partir da segunda metade do século XX.

Tendo por referência os elementos até aqui trazidos, o objetivo da pesquisa que deu forma à este trabalho, conforme já dito, foi analisar a construção dos movimentos organizados da população LGBTI+ brasileira, sistematizando elementos nacionais até chegar à particularidade constitutiva desses movimentos no município de Porto Alegre, a fim de compreender as suas demandas históricas por direitos e as respostas institucionais oferecidas na forma de atendimento ou prestação de serviços. A abordagem qualitativa nesta investigação foi priorizada porque “ao invés de trabalharmos com grandes temas, com grandes cronologias, o fizemos de forma mais localizada. Trabalhamos com os fatos de forma a poder aprofundar tanto quanto possível a análise [...]” (MARTINELLI, 1999, p. 22). Além disso, estamos

preocupados em obter informações relacionadas à história e representatividade de um fenômeno - que nesse caso se relaciona aos movimentos LGBTI+ de Porto Alegre na interface com a rede de atendimento - sem nos determos em generalizações ou inferências estatísticas.

Desta forma, buscamos responder às seguintes questões norteadoras: (i) quais são os serviços de atendimento especializado à população LGBTI+ no município de Porto Alegre? (ii) como se construiu a rede de serviços de atendimento a pessoas LGBTI+ em Porto Alegre? (iii) quais as principais demandas por direitos da população que acessa os serviços e quais são aqueles mais imediatamente procurados? (iv) como se apresenta o debate das dissidências sexuais e de gênero na produção de conhecimento científico no interior do Serviço Social? (v) como se construiu o movimento social LGBTI+ de Porto Alegre e de que formas essas organizações vêm afirmando ou tensionando direitos e políticas públicas?

Para a coleta de dados, a investigação contou com um etapa de revisão bibliográfica e documental e outra empírica; na revisão documental, foi realizada a busca de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do portal da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações, por possuir tecnologias de busca inteligente, utilizando-se dos descritores: movimento social; LGBTI+ (e suas variações); acesso; rede; Porto Alegre; e serviço social, sendo os dois últimos criados durante a investigação. Também foi realizada a busca em livros, artigos científicos, legislações e demais documentos que abordam a questão da população LGBTI+ no Brasil.

A etapa empírica foi desenvolvida por meio da realização de entrevistas com três membros do Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBT, instituído pelo Decreto Estadual nº 51.504 de 20 de maio de 2014 e que se constitui como um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, tendo a finalidade precípua de propor políticas públicas que promovam a cidadania e o combate à discriminação em relação à essa população. Dos sujeitos entrevistados, dois deles são representantes da sociedade civil e um servidor do estado. No que se refere aos relatos trazidos pelos militantes entrevistados, decidimos por utilizar seus nomes verdadeiros, dado o pedido expresso destes que seus nomes fossem publicados no trabalho final e a importância que eles possuem para o movimento social LGBTI+ de

Porto Alegre, de forma a trazer visibilidade a seus feitos junto a nossa população³. Já no caso do servidor entrevistado, será mantido em sigilo a sua identidade, de forma a também protegê-lo de possíveis represálias. Todas as entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro e março, sendo relativamente complexo organizar a marcação destas com os interlocutores, sobretudo devido às particularidades deste semestre universitário, que acompanhou as festividades de final de ano, o feriado de carnaval, além do período de janeiro e fevereiro, no qual as pessoas costumam viajar. As conversas duraram entre 40 e 80 minutos, sendo realizadas na sede do Igualdade RS, na sede do CRDH/UFRGS, e na sede de uma instituição do governo estadual. As entrevistas foram guiadas por tópicos-guia, gravadas, transcritas e analisadas, tendo a história oral temática como referencial metodológico, por entender que ela se trata sempre de uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva (MEIHY, HOLANDA, 2015).

A primeira interlocutora foi Marcelly Malta, ativista travesti há mais de 30 anos e figura de essencial importância para o movimento das pessoas trans em âmbito municipal, estadual e nacional (CAMARGO, 2019). Desde da década de 1980 já era servidora pública do estado e atuava no Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS (GAPA), tendo formação na área da enfermagem. No entanto, sempre trabalhou como profissional do sexo como forma de aumentar sua renda. Nos anos de 1990 se mudou para a Itália a fim de se afastar da epidemia de AIDS brasileira, entretanto, se depara com uma realidade muito semelhante na Europa, e acaba voltando para o Brasil alguns anos depois. Fundadora e presidente até os dias atuais da Igualdade RS - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, organizou diversos projetos pautados na afirmação dos direitos da população LGBTI+. Atualmente com 73 anos, Marcelly continua atuando fortemente como ativista e é membro do Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBTI+.

O segundo entrevistado foi Célio Golin, 61 anos, militante e fundador do Nuances. Natural de Nonoai, se mudou para Pelotas na década de 1980 para fazer faculdade de educação física, onde se envolveu com o movimento estudantil, além do Movimentos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), por ser

³ Vale ressaltar que no projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS (sob número CAAE 65291722.8.0000.5334) houve a indicação de desidentificação de todos os interlocutores; ambos entrevistados advindos do movimento social, por outro lado, exigiram, ao aceitarem participar da investigação, que seus nomes fossem publicados diante da representação que possuem junto às organizações da sociedade civil de Porto Alegre.

oriundo de uma região rural. Já no final da mesma década, Célio vem a Porto Alegre realizar mestrado na área da educação e passa a residir na Casa de Estudantes Universitários (CEU) da UFRGS. No momento a cidade vivia uma efervescência política e Célio se insere na organização social local através de atividades no GAPA, onde conhece outros homossexuais que se unirão a ele na criação do primeiro movimento homossexual gaúcho. Já o terceiro e último entrevistado é servidor público do estado do Rio Grande do Sul, porém as informações acerca da sua identidade serão mantidas em sigilo.

Vale destacar que as falas trazidas neste escrito foram selecionadas a partir de uma infinidade de histórias e informações de extrema relevância, podendo render dezenas de trabalhos. No entanto, devido às limitações existentes em todas as pesquisas, e também em seus pesquisadores, não foi possível abordar com a qualidade desejada todas as informações coletadas na entrevista. Para o tratamento dos dados coletados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo em Bardin (2016), respeitando as etapas de pré análise; exploração do material; tratamento dos resultados e interpretações. A partir dessa técnica foram obtidas categorias teóricas que possibilitaram dividir o trabalho segundo a seguinte estrutura: (i) história do movimento social LGBTI+; (ii) lutas por direitos no Brasil contemporâneo, rede socioassistencial de atendimento, e a relação com o Serviço Social na afirmação dos direitos LGBTI+. Esses elementos deverão ser apresentados a seguir.

2. HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBTI+ NO PAÍS

Como movimento social organizado, a luta por direitos humanos de pessoas dissidentes em relação à sexualidade e o gênero tem sua consolidação e emergência a partir de um conjunto de marcos históricos, como aqueles que ocorreram em julho de 1969 através de uma série de enfrentamentos de pessoas LGBTI+ com a polícia de Nova Iorque, após uma invasão truculenta das autoridades ao bar Stonewall Inn, frequentado principalmente por mulheres transexuais negras e latino-americanas pauperizadas e marginalizadas, evento que ficou conhecido como rebelião ou revolta de Stonewall (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020).

Esse fenômeno foi aos poucos sendo disseminado entre pessoas LGBTI+ de diversas regiões do mundo, inspirando também que outras organizações tivessem suas primeiras fagulhas, ou reforçando movimentos que já vinham se construindo nestes lugares. Nesse sentido, esse segmento populacional dos grandes centros urbanos brasileiros também foi influenciado, e começaram a surgir as primeiras experiências de organização coletiva LGBTI+ no Brasil.

2.1 Emergência e consolidação no Brasil

Com forte processo de urbanização brasileira, considerando também os avanços de tecnologias midiáticas, e por consequência, da globalização da segunda metade do século XX, o Brasil experimentava um momento de explosão cultural, sobretudo na agenda musical, iniciada ainda na primeira metade do século através da presença de artistas pioneiros, como Carmen Miranda. Mesmo após o golpe que instaurou o regime militar brasileiro, esse processo de transformação cultural progressista não pôde ser barrado, apesar das diversas políticas de tortura e perseguição do regime. Simultaneamente ao combate armado entre os guerrilheiros e as forças militares brasileiras, também se armava um combate cultural entre o conservadorismo aliado aos “bons costumes” pregados pela ditadura e os movimentos de contracultura protagonizados pela juventude. O cenário musical da época, permeado pelo tropicalismo, com frequência abordava com ironia e sarcasmo os modelos de cidadão exemplar do período ditatorial, também trazendo nessas provocações tensões acerca dos padrões de gênero e sexualidade. Trevisan, em uma obra inaugural a respeito desse tema intitulado *Devassos no*

paraíso (2018), denomina esse momento como “desbun guei”, e destaca a atuação de três influências culturais neste processo.

A primeira foi Caetano Veloso, cantor da Música Popular Brasileira (MPB) que foi expulso do Brasil pelos militares, indo morar em Londres e sendo fortemente influenciado pela cena cultural inglesa dos anos de 1960, protagonizada por uma revolução musical iniciada a partir de bandas como The Beatles e Rolling Stone. Segundo Trevisan (2018), Caetano perturbava profundamente o conservadorismo brasileiro, principalmente no seu retorno ao Brasil na década de 1970, quando fazia apresentações com roupas tidas como femininas, ou beijava outros homens no palco e abordava em suas músicas temáticas homoeróticas. Além disso, sua proximidade com Gilberto Gil, outro provocador dos bons costumes, também levantava suspeitas quanto ao real teor de sua relação, consagrando Caetano como figura polêmica e influente na época, sobretudo com a juventude. Em seguida, Trevisan destaca a figura de Ney Matogrosso, membro da antiga banda Secos & Molhados. Segundo o autor, o cantor sempre performou nos palcos uma androginia nunca antes vista em tal escala, alcançando todos os segmentos da sociedade brasileira e causando embaralhamento acerca das ideias de homem e mulher.

Figura 1: Caetano Veloso e Ney Matogrosso



Fonte: Thereza Eugênia (Foto 1); Autoria Desconhecida (Foto 2). Disponível em: <<https://www.ebc.com.br/>>; <<https://twitter.com/augustoesesar>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

Podemos citar também o grupo teatral Dzi Croquettes, que nos palcos brincavam com as noções de masculino e feminino inspirados por grupos norte-americanos e que traziam a discussão da sexualidade ao cotidiano brasileiro através de performances teatrais andróginas. Nesse contexto, vão surgindo ao longo das décadas de 1970 e 1980 diversos movimentos artístico-culturais que abordam de forma direta ou indireta a temática das dissidências sexuais e de gênero.

Figura 2: Dzi Croquettes



Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: <<http://www.wikidanca.net/wiki/index.php/>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

Ao mesmo tempo influenciadas e influenciadoras deste fenômeno cultural, as primeiras formas de socialização LGBTI+ no Brasil foram aquelas mediadas pela vida noturna, através da transição de homossexuais e travestis em bares, boates e ruas de certas regiões urbanas, além de demais espaços de “pegação”, como parques, saunas e estabelecimentos onde se podiam alugar quartos para atividades sexuais. Se a família e o trabalho não podiam ser espaços de afirmação da sexualidade, eram nesses espaços - conhecidos como “guetos” - que a pessoa LGBTI+ poderia se expressar de forma mais livre (FERREIRA, 2020). É, por isso, a partir desses espaços, que começa a se criar uma ideia de coletivo homossexual (termo generalista que na época era utilizado para conceituar todas as identidades LGBTI+) a partir também de demandas e necessidades comuns, sobretudo relacionadas à violência policial contra este segmento, extremamente presente no período de decacência ditatorial e justificada a partir de discursos moralistas.

Os últimos anos da década de 1970 e a primeira metade de 1980 se caracterizaram pelo intenso crescimento de diferentes organizações coletivas no Brasil, movimento que só foi possível devido ao contexto de abertura democrática (FACCHINI, 2002) a partir do fim do chamado milagre econômico e decadência do regime militar brasileiro. No entanto, simultaneamente, se organizam movimentos sociais com objetivos inicialmente “distintos”. Enquanto a esquerda classista se reconstituía após os anos mais duros da ditadura militar e pautava pelo fim da exploração do capital, também surgiam ou se fortaleceram movimentos denominados de “segunda onda”, que tinham como pauta central questões mais ligadas ao reconhecimento identitário, como os movimentos feministas, étnico-raciais e homossexual. Apesar desta diferenciação, todos eles lutavam pelo fim da dominação, seja ela de classe ou de normas sócio-culturais.

Em suas reflexões, Fraser (2006) vai inicialmente diferenciar estes dois grupos de movimentos sociais entre aqueles que demandam o fim da exploração de classe (atuando no campo econômico-político) e aqueles que demandam reconhecimento identitário e representatividade (atuando no campo sócio-cultural), ou em outras palavras, elaborou uma proposta de separação entre movimentos que buscam respostas por redistribuição e que buscam respostas por reconhecimento. Nessa relação, se criou uma dicotomia entre os dois grupos, de forma que inicialmente não se poderia, aparentemente, pensar na união de ambos. Através de uma política de reconhecimento, se pautaria a representação e valorização das identidades dissidentes, no entanto, de nada adianta representações esvaziadas de significado sócio-histórico, como as apresentadas de forma exotificadora e vexatória na grande mídia brasileira. É necessário que as representações identitárias tenham compromisso com a emancipação política de seus segmentos, não tendo como finalidade a apaziguação dos sujeitos dominados pelos dominantes. Portanto, os militantes dos movimentos identitários tinham um importante desafio

de desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, que identifique e assuma a defesa somente daquelas versões da política cultural da diferença que possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade. (FRASER, 2006, p 231)

No entanto, se tratando do movimento social brasileiro que viria a se organizar, havia uma centralidade naquilo que Fraser (2006) vai classificar como um movimento de valorização da diferenciação, através da afirmação da identidade gay

ou lésbica em oposição à identidade heterossexual. Em contraponto, os movimentos classistas embasados no pensamento marxista, que no Brasil assumiram, algumas vezes, uma postura economicista (FERREIRA, 2020), acabaram por desconsiderar os aspectos culturais do modo de produção capitalista e tratando aspectos considerados “subjetivos” como de menor importância.

Dada essa dicotomia entre os movimentos identitários da segunda onda e os movimentos de redistribuição da primeira onda, os primeiros anos do movimento LGBTI+ brasileiro vão ser mediados por inúmeras contradições nas tentativas de alianças junto da esquerda brasileira, gerando um profundo impacto, inclusive, na organização interna dessa população nos primeiros anos da década de 1980.

2.2 Nasce o movimento homossexual brasileiro

Segundo Quinalha (2021), o primeiro registro de uma tentativa de organização coletiva da comunidade LGBTI+ no Brasil data de 1976, quando, no Rio de Janeiro, um grupo intitulado UHB (União do Homossexual Brasileiro) espalhou panfletos pela cidade convidando para o I Congresso Homossexual Brasileiro, em frente ao Museu de Arte Moderna no dia 4 de julho. No entanto, o evento acabou nunca acontecendo, devido à grande presença de forças policiais no local no dia, afugentando qualquer pessoa interessada em participar. A repressão policial se manteve pelos anos seguintes, nos quais as autoridades realizaram diversas intervenções nas ruas dos grandes centros urbanos em busca de pessoas LGBTI+ que nelas estivessem, realizando prisões, agressões, torturas, e as mais diversas formas de violação dos direitos dessa população (QUINALHA, 2021).

O assim chamado movimento homossexual brasileiro passa de fato a emergir, também, a partir da publicação de revistas e jornais para o público LGBTI+, sendo o primeiro de reconhecimento nacional o jornal *Lampião da Esquina*. Para Quinalha (2021), a fagulha para criação da publicação foi a presença no Brasil de Winston Leyland, editor do jornal do movimento homossexual norte-americano *Gay Sunshine*, que comoveu jornalistas homossexuais de São Paulo para organizar uma entrevista para *O Pasquim*, jornal de esquerda da época, tendo como figura central dessa comoção o jornalista João Antônio Mascarenhas.

A partir desta organização se construiu uma publicação de amplitude nacional que tinha como pauta e público os homossexuais: o jornal *Lampião da Esquina*. A

publicação tinha como objetivo tratar muito mais do que somente as questões relacionadas a gênero e sexualidade, pois pretendia reforçar os homossexuais como uma minoria social, aliada às questões feministas, raciais e de classe. Foi esta escolha, a de ampliar a discussão da sexualidade também para o âmbito político, que diferenciou o *Lampião* dos demais jornais homossexuais da época, e foi também essa característica que impulsionou no Brasil a organização social destas pessoas no final da década de 1970.

Apesar do contexto de abertura democrática após os piores anos da ditadura, conhecidos como “anos de chumbo”, a comunidade LGBTI+, como já referido, ainda era alvo constante da brutalidade policial (GREEN *et al.* 2003). O jornal *Lampião da Esquina* foi o principal meio de notificação desses ocorridos, e considerando sua grande circulação, um grupo de pessoas LGBTI+ da cidade de São Paulo - sobretudo homens gays de classe média estudantes do ensino superior - decide se organizar politicamente para discutir e denunciar essa violência praticada por parte do Estado. Inicialmente essas pessoas se encontravam em apartamentos dos próprios membros do grupo, tendo como pauta central das discussões as experiências singulares do que era ser homossexual neste contexto histórico. Aos poucos a organização toma forma e o grupo é intitulado como Somos - Grupo de Afirmação Homossexual, passando os seus membros a se comprometerem em discutir a pauta da homossexualidade de forma mais aprofundada. O grupo fez sua primeira aparição pública em fevereiro de 1979 durante um evento para discutir as minorias sociais na Universidade de São Paulo (USP). O encontro se caracterizou por uma intensa polarização entre integrantes da esquerda dogmática, que acreditavam que a homossexualidade era uma pauta da burguesia, e pessoas que entendiam que a discussão acerca da sexualidade tinha tanto potencial de transformação social quanto a luta de classes (NASCIMENTO, *et al.* 2015, p. 73).

Essa estréia impulsionou fortemente a criação de outras organizações que pautassem a luta homossexual, e no mesmo dia de realização do debate da USP foram marcados outros dois encontros: I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados, que tinha como objetivo a discussão interna de militantes - portanto, era restrito a este público - e o I Congresso Brasileiro de Homossexuais, espaço aberto para discussão das sexualidades dissidentes na época, no qual houve intensa participação de pessoas dos mais diversos segmentos.

Na década de 1980, o Delegado Richetti conduz em São Paulo uma série de operações que tinha como objetivo remover qualquer pessoa que desviasse das normas sociais das ruas da capital paulista, na qual foram presas mais de 700 pessoas, sobretudo travestis, prostitutas e homossexuais⁴. Em resposta a brutalidade policial, diversas organizações sociais de temática homossexual, negra e feminista organizaram um ato em frente ao Teatro Municipal, que também contava com alguns políticos da época sensíveis a estas populações, onde leram uma carta denunciando as ações de Richetti (OCANHA, 2018). Os manifestantes saíram em caminhada pelo centro, liderados por um grupo de lésbicas, no que ficou conhecida como a primeira marcha homossexual brasileira. Apesar dos esforços dos movimentos sociais para denunciar a política violenta instaurada por Richetti, mesmo em contexto de retomada da democracia, ele nunca foi responsabilizado, e, inclusive, organizou outras diversas operações policiais que tinham como alvo a população LGBTI+. Além disso, em 1982, foi consagrado com título de delegado de classe oficial, e em 1991 teve o prédio da Delegacia de Seccional Centro batizado em sua homenagem, mais um ato de violência simbólica contra os grupos discriminados, consagrando mais um momento histórico de impunidade e injustiça brasileira.

⁴ “Em 27 de fevereiro de 1987 era iniciada uma operação policial na capital paulista que tinha como objetivo eliminar das ruas as ameaças à família tradicional brasileira e higienizar a cidade [...] batizada de Operação Tarântula. O alvo era claro: pessoas trans e travestis que trabalhavam nas ruas de São Paulo [...]. A operação policial violenta deixou marcas para quem presenciou o momento e ainda reflete na realidade das pessoas trans e travestis no Brasil. A Tarântula não foi a única operação com o mesmo propósito. Arrastão, Cidade, Sapatão, Limpeza e Asa Branca (em Recife), foram alguns outros exemplos, contudo [...] a mais impressionante foi a [operação] Richetti que envolve, inclusive, o nome do delegado [José Wilson Richetti] que personifica tudo isso. Tiveram outras [operações] como a Rondão, em referência à ronda que a polícia fazia, colocando as travestis e trans no camburão. A Tarântula leva esse nome em alusão às patas da aranha, porque a operação rondava o eixo centro de São Paulo, abrangendo uma área grande. Ela chegava em Osasco, em Guarulhos e no ABC Paulista” (NASCIMENTO, 2023, s.p.).

Figura 3: Lésbicas lideram a passeata contra a Operação Limpeza na Cidade de São Paulo



Fonte: Autoria desconhecida. Disponível em: <<https://ieg.ufsc.br/noticias/303>> Acesso em: 9 abr. 2023.

Apesar da união de diversos segmentos políticos para combater a violência policial, a polarização existente entre homossexuais e a esquerda classista se manteve, polarização que também se mostrava presente dentro do Grupo Somos desde o ano de sua fundação, já que havia aqueles que acusavam a esquerda de discriminação e aqueles que não abriam mão da aliança com outras lutas que se opunham ao regime militar. Isso explicitaria a dicotomia entre o movimento identitário homossexual e o movimento de classe da esquerda brasileira. Portanto, em 1º de maio de 1980, o Somos sofreu sua primeira grande divisão, na qual parte do grupo defendia a união do grupo às passeatas operárias no ABC Paulista (buscando aliar a luta homossexual à luta de classes), e outra resistente à essa aliança com a esquerda sindicalista, através da proposta de realização de um piquenique no zoológico de São Paulo (GREEN, et al, 2003). Isso demonstra que a pluralidade do movimento, que não era necessariamente formado somente pela classe trabalhadora, também foi por diversos momentos seu “calcanhar de aquiles”, pois as ideologias políticas presentes entre os homossexuais brasileiros eram muito diversas e conflitantes.

Também é possível que essas fissões se constituíssem pela falta de um “inimigo comum”, pois as violências experimentadas por esse segmento populacional se davam de formas muito diversas (MCRAE, 2018), conectadas aos

marcadores sociais que atravessavam cada um dos sujeitos LGBTI+ no contexto brasileiro. Em outras palavras, apesar da identidade heterossexual estar em oposição, as práticas do movimento homossexual eram baseadas em atuações “afirmativas” (FRASER, 2006), que tinham como objetivo a construção de uma valorização das identidades homossexuais em relação a heterossexual, e não provocar uma transformação sócio-cultural que colocasse em xeque a própria norma cisheterossexista, como afirma Fraser:

Remédios transformativos, em contraste [aos afirmativos], são presentemente associados à desconstrução. Eles compensariam o desrespeito por meio da transformação da estrutura cultural-valorativa subjacente. Desestabilizando as identidades e diferenciações grupais existentes, esses remédios não somente elevariam a auto-estima dos membros de grupos presentemente desrespeitados; eles transformariam o sentido do eu de *todos*. (2006, p. 237, grifos da autora)

Não é possível, no entanto, responsabilizar os ativistas daquele momento histórico já que essas perspectivas teóricas e políticas não faziam parte dos debates da época. É preciso considerar que os estudos gays e lésbicos eram marcadamente focados na valorização destas identidades como resposta à uma necessidade humana de aceitação e afirmação da sexualidade no contexto do “gueto”, lógica que só será questionada a partir do final da década de 1990.

Importante também ressaltar que devido ao protagonismo de homens gays no grupo Somos, a presença da misoginia era fortemente denunciada pelas militantes lésbicas do coletivo, que se encontravam mais profundamente discriminadas, tanto pela condição de lésbica, quanto pela condição de mulher. Portanto, ainda em 1979, as mulheres lésbicas desse coletivo formaram uma subdivisão interna no grupo, chamada Grupo Lésbico-Feminista (FERNANDES, 2018), de forma a inserir nas discussões do coletivo a temática de gênero e numa perspectiva feminista. Entre as diversas discriminações sofridas pelo grupo, uma das mais recorrentes era o uso do termo “racha” para se referir às lésbicas (FERNANDES, 2018), o que evidencia a expressão do machismo também entre os homens gays, que reduziam a experiência lésbica à presença da vulva. Além disso, sendo protagonizado no Brasil por homens e mulheres cisgênero, o discurso biologizante sobre o gênero era naturalizado, sendo essa discussão aprofundada somente anos mais tarde. Portanto, após dois anos atuando neste subgrupo, as lésbicas integrantes do Grupo Lésbico-Feminista decidem por se desligar do Somos

e fundar a própria organização, mudando o nome para Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF).

Entre as diversas atividades desenvolvidas pelo GALF, aqui destacamos a sua publicação em formato de fanzine, o ChanacomChana. Com nome bastante sugestivo, fazendo referência ao sexo entre pessoas com vulva, o jornal abordava as questões referentes à homossexualidade lésbica, tendo a sua primeira edição em 1981. Assim como o Lampião da Esquina, o ChanacomChana teve alcance nacional, funcionando como importante articulador das lésbicas na década de 1980, mas o que deixou seu nome em nossa memória foi o escândalo gerado em um dos locais onde era vendido, o Ferro's bar. Esse estabelecimento é considerado um dos primeiros pontos de encontro de mulheres lésbicas paulistanas na época, portanto era também um dos espaços onde o GALF comercializava o ChanacomChana. No entanto, o dono do bar passou a proibir a entrada de lésbicas no espaço, o que gerou, como resposta, a organização de uma grande manifestação entre lésbicas, gays, feministas e demais pessoas aliadas ao movimento, na qual o Ferro's foi invadido e ocupado por estas pessoas, tendo como figura central a militante Rosely Roth (FERNANDES, 2018).

Figura 4: Rosely Roth discursa durante ocupação do Ferro's Bar



Fonte: Acervo Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://memorialdaresistencia.org.br/coleta-publica-de-testemunhos-visibilidades-lesbicas/>>. Acesso em: 09 abr. 2023.

O evento teve tanto impacto - inclusive midiático - que o dono do estabelecimento voltou atrás na proibição, concretizando o Ferro's Bar como um importante espaço da história LGBTI+ brasileira. Além disso, o acontecimento ficou conhecido como Pequeno Stonewall Brasileiro, e marca até hoje o Dia do Orgulho Lésbico na cidade de São Paulo.

A crescente organização de movimentos de defesa da homossexualidade no Brasil acabou por ganhar visibilidade também com partidos políticos de oposição à ditadura, principalmente o recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT), que se mostrava aliado na defesa dos direitos desta população, o que promoveu ainda mais visibilidade para esta pauta, tratada de forma muito repressiva pelos valores morais da época.

Infelizmente, a partir de 1983, se iniciaria um novo capítulo da sociedade brasileira em relação à comunidade LGBTI+ devido à emergência da epidemia da AIDS. O vírus do HIV atingiu profundamente parcela da população LGBTI+, especialmente aquela formada por gays, transexuais e travestis, e a discriminação contra a população se aprofunda através dos discursos de “punição para os pecadores”; a AIDS passa a ser anunciada pela imprensa como a “peste gay” (DANIEL; PARKER, 2018). Contraditoriamente, esse fenômeno também provocou uma visibilidade importante para o movimento LGBTI+ da época, que passou a estampar capas de jornais cheias de informações sobre a experiência homossexual (TREVISAN, 2021). Nesse contexto, a comunidade LGBTI+ se vê encarando uma nova necessidade emergente: a de acesso à saúde pública. É evidente que o advento desta epidemia afetou profundamente a organização dos brasileiros LGBTI+, pois foi necessário mudar o foco das suas demandas e estratégias políticas: se antes gritava-se por cidadania, agora era preciso gritar por acesso a tratamentos de saúde. Não é possível dimensionar o real impacto que isso teve nos movimentos das pessoas LGBTI+ do país e ao redor do mundo, pois diversos movimentos se desarticularam ou perderam espaço; além disso, a alta taxa de mortalidade da AIDS no século passado com toda certeza nos roubou figuras centrais à organização social por direito e por visibilidade política das pessoas LGBTI+: Herbert Daniel (o Betinho), Cazusa, Guy Hocquenghem e Freddie Mercury, para citar alguns exemplos.

Nos anos de 1990 se inicia um processo de institucionalização do movimento através das organizações não-governamentais (ONGs), processo esse que

demonstra maior potencial de mobilização social e de articulação com o âmbito estatal, mas que ao mesmo tempo irá reverberar em contradições importantes na relação entre os movimentos sociais e o Estado para consolidação de políticas públicas para esses segmentos. Esse processo ganha força a partir, especialmente, da captação de recursos internacionais, sobretudo para a prevenção de HIV/AIDS através do Projeto AIDS I, financiado pelo Banco Mundial (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020). A partir dessas ONGs, vão surgir os primeiros esboços de serviços direcionados à população LGBTI+, sem a responsabilização direta do Estado por este trabalho, o que começa a indicar as contradições na relação entre Estado e movimentos sociais LGBTI+ no que diz respeito às respostas dadas às necessidades humanas dessa população (FERREIRA; GERSHENSON, 2013).

Durante as décadas seguintes, através de sistemáticas organizações dos movimento LGBTI+, foram conquistados direitos fundamentais para a população LGBTI+, como a despatologização da homossexualidade, o reconhecimento do nome social, a união estável homossexual equiparada ao casamento, o processo transexualizador através do SUS, a criminalização de condutas homofóbicas e transfóbicas e a consolidação de políticas públicas, programas, planos e projetos de caráter nacional, como é o caso da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, o Programa Brasil Sem Homofobia, o Disque 100 - Direitos Humanos e uma série de diretrizes, resoluções e leis de atendimento aos direitos dessa população. Entretanto, paralelamente esse segmento populacional, como veremos, se manterá socialmente estigmatizado e sendo objeto de violações de direitos e alvo de ataques pelas parcelas conservadoras da sociedade brasileira e mundial.

2.3 Movimento trans

O Brasil sempre viveu um processo extremamente contraditório em relação às identidades transfemininas (isto é, em relação às mulheres transexuais e travestis), pois ao mesmo tempo em que sistematicamente nega e pune suas existências, não desapega do fetichismo que as objetifica sexualmente, mantendo-se como o país que mais mata essas pessoas e, ao mesmo tempo, o que mais busca pornografia com essa população, num misto de “abjeção e desejo” (PELÚCIO, 2022). Jesus (2018) relata que em 1962 a sociedade carioca experimenta êxtase com a chegada de Coccinelle, artista francesa trans

mundialmente famosa, ao mesmo tempo em que os setores mais conservadores se organizam no que, apenas dois anos depois, se concretiza no Golpe Civil Militar de 1964. No entanto, nos anos de ditadura, as travestis eram arbitrariamente perseguidas pelas forças de segurança com o objetivo de “higienização” das cidades, utilizando-se do artigo 59, da Lei de Contravenções Penais, o qual definia a contravenção de vadiagem.

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:
Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses. (BRASIL, 1941)

Portanto, o simples fato de travestis estarem na rua, sem exercer atividades trabalhistas formais, era argumento suficiente das forças de segurança para a violação sistemática de direitos das mesmas. Apesar do *trottoir* (como era chamada a prostituição), nunca ter sido considerada uma atividade ilegal no Brasil, ele é constantemente encontrado nas justificativas para prisões de travestis nas décadas de 1970 e 1980, como pode ser percebido em um registro policial de prisão realizado em Porto Alegre.

Que o declarante [Inspetor de Polícia] fazia a ronda costumeira na Seção de Meretrício e Vadiagem juntamente do Investigador ANTÔNIO JOSÉ CIMA; que por volta das vinte (20) horas da noite de ontem (18.09.1975) o declarante trafegava pela Av. Assis Brasil, com a viatura dessa Especializada, quando na esquina da Rua Alberto Silva, deparou com o Conduzido [a travesti] presente já conhecido desta DC [Delegacia de Costumes], pois em data de vinte e quatro (24) de abril do corrente ano, assinara um Termo de Tomar Ocupação nesta Especializada; que como o Conduzido continuasse na ociosidade e praticando o “trottoir” se portanto de maneira inconveniente a moral e aos bons costumes o declarante deu voz de prisão ao mesmo e tratou de conduzir para esta Especializada [...]. (BARNART e VIANA , 2022, p. 144)

A ocorrência deixa explícita a sistemática de rondas e abordagens policiais feitas em espaços já conhecidos como guetos ou “zonas” LGBTI+, como a Avenida Assis Brasil, reconhecida ainda hoje como uma região de prostituição. Também fica evidente que a ação tem cunho puramente moral, mesmo que parcialmente embasado pela legalidade, pois a principal suposta infração cometida pela travesti abordada não se trata propriamente da ociosidade, e sim do atentado à moral e aos bons costumes tão prezados pela ditadura. Vieira e Fraccaroli (2018) destacam a ênfase dada pelo regime militar no enfrentamento às travestis durante a década de 1980, como aparece no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Em 1º de abril de 1980, o Estado de S. Paulo publicou a matéria intitulada “Polícia já tem plano conjunto contra travestis”, no qual registra a proposta das polícias civil e militar de “tirar travestis das ruas de bairros estritamente residenciais; reforçar a Delegacia da Vadiagem do DEIC para aplicar o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais; destinar um prédio para recolher somente homossexuais; e abrir parte da cidade para fixá-los são alguns pontos do plano elaborado para combater de imediato os travestis, em São Paulo. (CNV, 1980, p. 295 apud VIEIRA e FRACCAROLI, 2018, p. 365).

O planejamento das forças armadas apenas reforça a ideia de descolamento dos dissidentes sexuais e de gênero aos guetos. A proposta da retirada de travestis dos bairros residenciais também exhibe o ideal de que o corpo travesti é meramente objeto, pois um corpo tão adverso não poderia habitar uma região residencial. Também fica explícito que não se fazia a diferenciação entre travestis e homossexuais no que diz respeito ao destino após as apreensões, apesar de se saber que na prática aquele público travesti era muito mais afetado pelas rondas policiais do que o de gays e lésbicas.

É bastante evidente que, ao longo da consolidação dos movimentos sociais LGBTI+, há uma ausência importante de travestis e pessoas trans nessas organizações. Ao contrário do movimento que se deu nos Estados Unidos, no Brasil as mulheres trans e travestis se encontravam ainda mais excluídas do que os homossexuais dos espaços de tomadas de decisões e de disputas políticas. Mesmo elas sendo alvo central das ações policiais nos grandes centros urbanos, devido a suas experiências quase que indissociáveis, na época, à prostituição, havia muita resistência das próprias travestis em inserirem-se nos grupos existentes, pois a realidade vivida por elas era profundamente diferente àquelas experiências sociais de gays e de lésbicas. Em entrevista para o Jornal da USP, a ex-militante do Grupo Somos e do GALF, Marisa Fernandes, relata a tentativa de aliança na marcha realizada contra violência policial em São Paulo.

Nós convidamos as prostitutas e as travestis que ficavam no alto do prédio. “Desce, você faz parte desta luta também”. E elas diziam “não, não, porque eles vão nos matar. Já tão nos prendendo então nós não podemos”. (2018, s.p.)

Essa é mais uma demonstração de como as travestis experienciaram a violência policial de forma mais brutal, pois para elas, já tão excluídas socialmente, restaria somente a morte. Simultânea a essa realidade tão violenta, no “outro lado” da contradição brasileira em relação às travestis e mulheres trans, passava a aumentar gradativamente a visibilidade desse público na grande mídia. Os

programas de variedade da televisão brasileira da década de 1980 apresentavam personagens homossexuais ou travestis, mesmo que de forma estereotipada e vexatória, reforçando a discussão das dissidências sexuais e de gênero no cotidiano brasileiro. A sociedade também passava por um processo de mudança da experiência trans, começando a superar a ideia de transexualidade como sinônimo de fantasia transitória, de carnaval e de vida noturna, para uma compreensão da transexualidade como questão de identidade. Esse processo se deu muito com o advento de procedimentos estéticos de afirmação de gênero a partir da expansão da indústria de fármacos, de forma que as travestis e mulheres trans poderiam ter maior “passabilidade”, ou seja, poderiam ser mais facilmente lidas socialmente por outros sujeitos como mulheres cisgênero. Em meio a esse fenômeno também começam a surgir aquelas que Trevisan (2018) chamou de “bichas eletrônicas”, figuras LGBTI+ altamente reconhecíveis que começaram a alcançar espaço na grande mídia brasileira; entre elas, a de maior destaque nacional foi a transexual Roberta Close.

Roberta Close ganhou fama nacional por ser uma transexual capaz de, para o senso-comum, “enganar”, sendo objeto dos desejos sexuais de homens heterossexuais. Em 1984 ela realizou um ensaio para a revista direcionada ao público adulto masculino, a Playboy. A edição vendeu rapidamente 200 mil cópias (TREVISAN, 2018), evento que impulsionou sua fama e participação em diversos programas de rádio, televisão e entrevistas para revistas. Esse momento novamente comprova a linha tênue presente na sociedade brasileira entre a violência e fetichização dos corpos trans. Roberta, além de estar presente no imaginário erótico brasileiro, também foi alvo das mais cruéis análises, por ser considerada um fenômeno inédito no Brasil.

Um traço interessante da personalidade dela é a tranquilidade, o não ter a necessidade de agredir para sobreviver. É como se o ego de Roberta estivesse protegido o suficiente para não precisar se expor aos gritos, para não precisar do arraso, do trejeito, da caricatura, Roberta Close é gente, é pessoa. Tudo o mais é pequeno demais e antigo demais. (CARVALHO apud VERAS, 2018, p. 354)

Por ser lida socialmente como mulher cisgênero, também se fazia necessário justificar o motivo de ela não ser uma “travesti comum”. O jornalista Gilmar Carvalho, escrevendo para o Diário do Nordeste, explicita todas as características de Roberta que outras travestis e mulheres trans não tinham, e que a permitiam ser cobiçada

pelos homens heterossexuais. Na descrição também fica explícito qual eram as características comuns a todas as travestis: agressivas, escandalosas e caricatas. Não contente com a perpetuação dos estereótipos formados a partir da mídia, o jornalista avança: Roberta não é qualquer travesti porque é pessoa, ao contrário das outras. Apesar das diversas reproduções simbólicas de violência, o “fenômeno Roberta Close” foi fundamental para aprofundar a visibilidade trans brasileira, para além da prostituição e da criminalidade (TREVISAN, 2018; VERAS, 2018).

Para além da cultura e do imaginário social, a transexualidade também era alvo de diversos estudos e teorias científicas, geralmente sendo abordada de forma patologizante. O termo *transexual* foi inventado pelo sexólogo Harry Benjamin em 1966, que criou procedimentos clínicos para o cuidado de pessoas trans. Segundo ele, essas pessoas sofriam de psicoses, portanto, os procedimentos cirúrgicos teriam a capacidade de curá-las, alinhando o gênero ao elemento biológico, o sexo (JESUS, 2018). Apesar das possíveis intenções ao criar esta teoria, buscando a garantia de acesso a cirurgias de afirmação de gênero, ele se condiciona ao tratamento da questão trans sob a perspectiva de doença, necessitada de tratamento, ignorando a pluralidade de experiências sociais desta população. Um bom exemplo é a própria experiência brasileira, na qual as pessoas foram e se identificaram como travestis, uma identidade política e cultural do nosso país. Talvez por este motivo, Jesus (2018) afirme que as teorias de Benjamin não tiveram total aceitação no Brasil, mas ainda tiveram influência, sobretudo na área médica. Em 1971 o cirurgião Roberto Farina realizou a primeira cirurgia de transgenitalização no Brasil, sendo posteriormente processado pelo Conselho Federal de Medicina por lesões corporais. Ele foi absolvido em instância superior utilizando justamente das contribuições de Benjamin, sendo o procedimento cirúrgico justificado pelo seu papel terapêutico.

No que diz respeito à organização política das pessoas trans no Brasil, os primeiros movimentos datam do início dos anos de 1990, principalmente através da fundação de determinadas associações, já no momento de combate à epidemia da AIDS. Entre elas, Jesus (2018) destaca a Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL) fundada em 1992, a Associação de Travestis de Salvador (ATRAS) e o Grupo Filadélfia de Santos, ambos fundados em 1995. Em 1999 também são fundadas a Igualdade RS - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas)

em Aracaju. Já em nível nacional, a organização da população trans e travesti surge a partir de meados de 2000, com a criação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a Rede Trans e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT).

Infelizmente não há muitos registros históricos da construção destes coletivos, diminuindo de forma drástica a visibilidade de pessoas trans no movimento LGBTI+ brasileiro. Jesus (2018) defende que a falta de materiais históricos do movimento se dá devido a cultura da história oral, o qual denomina “oralitura”, criada a partir da falta de recursos da população devido a falta de acesso à educação formal por membros dessa população, realidade que ainda se apresenta hoje, principalmente pelo desinteresse do Estado na promoção de direitos das pessoas trans. Outro responsável pela dificuldade e falta de registro das pessoas trans é o alto grau de risco social ao qual elas estão expostas. O *Dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras de 2020* afirma que mulheres trans e travestis têm mais risco de serem assassinadas que o restante da população.

As travestis e transexuais femininas constituem um grupo de alta vulnerabilidade à morte violenta e prematura no Brasil. Apesar de não haver estudos sistemáticos sobre a expectativa de vida das travestis e transexuais femininas, Antunes (2013) afirma que a expectativa de vida desta população seja de 35 anos de idade, enquanto a da população brasileira em geral, é de 74,9 anos. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 42)

Referente à articulação social de pessoas transmasculinas, poucos são os registros brasileiros. João W. Nery (2018), primeiro homem trans a realizar a cirurgia de afirmação de gênero, relata que a primeira aparição de um homem trans no Brasil acontece quando Alexandre Peixe dos Santos se insere na Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOLGBT). Em uma entrevista ao cientista social Fábio Morelli (2018), Xande, como é conhecido, conta que em um reunião da APOLGBT uma travesti lhe chamou de FTM⁵, iniciando o seu processo de questionamento da própria identidade, entendida até então como lésbica. Xande continua se inserindo em espaços políticos de organização LGBTI+, como congressos e encontros, onde aos poucos passa a encontrar pessoas com

⁵ FTM se refere à expressão inglesa “*female to male*”, que traduzindo literalmente significa “fêmea para macho”. O termo buscava explicar a transição de gênero de uma pessoa que, ao nascer, foi identificada como mulher e em algum momento começou a se identificar como homem. O termo atualmente é pouco utilizado, mesmo na língua inglesa, na qual atualmente se utiliza *trans man*, ou seja, homem trans.

identidades semelhantes a sua. Esse pequeno grupo se debruça em pautar nestes encontros a discussão das identidades transmasculinas.

Em 2012, é fundada a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), promovendo em 2013 o 1º Encontro de Homens Trans do Norte e do Nordeste, contando com a presença de dezessete homens trans (NERY, 2018). Já no ano seguinte foi criado o IBRAT, visando “o desenvolvimento e monitoramento de pesquisas e discussões, formação política, incentivo à militância e controle social” (NERY, 2018, p. 399), atual organização de maior relevância para a população transmasculina, a partir da extinção da ABHT no mesmo ano. Desde sua organização, às demandas deste segmento têm sido focadas no direito à saúde, sobretudo na ampliação do processo transexualizador pelo SUS. É evidente as particularidades da organização de homens trans, não somente pela sua curta vida, mas também pelas especificidades da articulação, sobretudo através da participação em eventos políticos. Também é importante pensar que os espaços digitais atualmente têm ocupado um importante papel na comunicação e articulação social, possível motivo da falta de visibilidade dos homens trans na sociedade. Essas diferenças em relação a outros segmentos do movimento LGBTI+ se colocam como um desafio na articulação conjunta, inclusive com mulheres trans e travestis.

Entretanto, também pensando na sua pluralidade, a população trans vem buscando realizar cada vez mais movimentos de organização coletiva, de forma a pautar suas principais demandas comuns e particulares, como a despatologização real da transexualidade pelas organizações de saúde, a facilitação da retificação do registro civil de nome e gênero, ampliação de políticas afirmativas na educação formal, voz de mulheres trans e travestis no movimento feminista, ou seja, a ampliação do transfeminismo e feminismo interseccional, acesso as políticas de saúde, sobretudo ao processo transexualizador pelo SUS, além do respeito a sociedade, de forma a promover qualidade de vida.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTI+ PORTO-ALEGRENSES

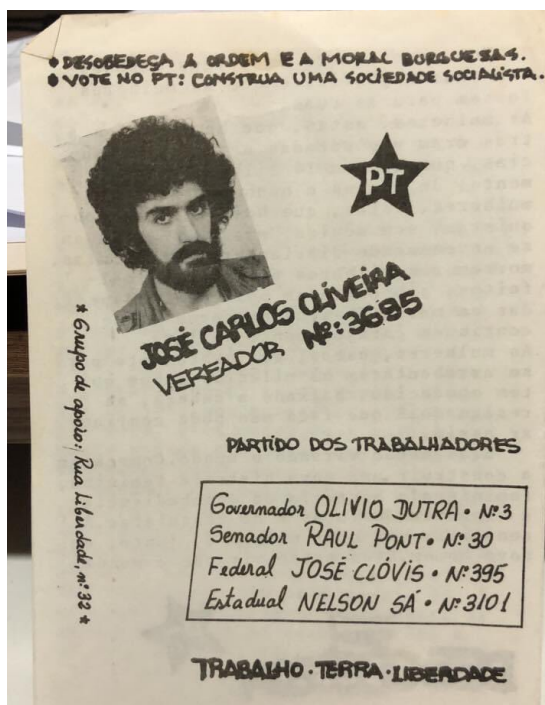
A realidade das pessoas LGBTI+ na cidade de Porto Alegre na segunda metade do século XX não se diferencia muito da realidade de outros centros urbanos brasileiros, como a paulistana, ou até mesmo de outros países, como a nova iorquina. A sociabilidade homossexual se limitava principalmente aos guetos, durante o período noturno, sobretudo nos bairros vizinhos ao Centro, Independência e Bom Fim, entre as décadas de 1960 e 1970 (MEDEIROS, 2022), e as batidas policiais nestes espaços aconteciam de forma sistemática. Como forma de “proteção à moral”, não era incomum que, nesta época, pessoas LGBTI+ fossem presas e fichadas dezenas de vezes, em ações puramente arbitrárias da polícia. As travestis, principal alvo dessas ações, eram constantemente acusadas de vadiagem, atentado ao pudor e *trottoir*.

Eu me lembro de um repórter num dia que chegou e perguntou assim: “tá, mas Marcellly, vocês querem que eu, que a polícia, faça abordagem pra vocês levando rosa?”. [Eu respondi:] “Acho que não, só respeitar”. Porque a gente apanhava. Eu fui presa duzentas e nove vezes, né? (Marcellly Malta, fundadora da Igualdade RS).

Porém, são nesses espaços da vida noturna porto-alegrense que também se começa a discutir entre pares as problemáticas que envolviam a vida de homossexuais e travestis, e quais eram as possíveis estratégias de combate a essa realidade. Segundo Golin (2017), a primeira expressão de defesa dos direitos LGBTI+ no Rio Grande do Sul se dá através da candidatura, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de José Carlos de Oliveira, também conhecido como Zezinho, à Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 1982. Na sua campanha, Zezinho tinha como uma de suas principais bandeiras a frase “Pedro ama João: e daí?”. Já em 1985, Luiz Carlos Krummenauer Rocha, conhecido como Frey Rocha, se lançava como candidato à Deputado Estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo como uma de suas propostas a punição da discriminação e do abuso de poder policial, inclusive contra homossexuais, além do ensino informativo acerca da sexualidade em escolas⁶.

⁶ “As reivindicações [da campanha de Zezinho] eram expressas por meio de três slogans que estampavam materiais específicos: ‘Terra pra quem nela trabalha’, em referência à questão da Reforma Agrária; ‘Anistia prá Maria’, em referência à luta pela descriminalização da maconha; e “Pedro ama João: e daí?”, em referência à temática da homossexualidade. Percebe-se que a questão da liberdade sexual recebeu grande destaque, porém aparece enquanto parte de um ‘guarda-chuva’ mais amplo de pautas libertárias” (CRUZ, 2017, p. 261-262).

Figura 5: “Santinho” do candidato à vereança José Carlos Oliveira, o Zezinho.



Fonte: Twitter da Vereadora Brisa Bracchi (RN), 2021.

Infelizmente, devido ao contexto da época, de recente abertura democrática aliado ao forte conservadorismo ainda presente, nenhuma das candidaturas chegou a ser eleita, porém, foram importantes para o aumento da visibilidade da população LGBTI+ na década, e posteriormente deram impulso para o construção de diversos grupos organizados para a luta na defesa dos direitos humanos das pessoas LGBTI+ no Rio Grande do Sul, como alguns dos apresentados a seguir⁷.

⁷ Além dos movimentos e organizações apresentados neste trabalho, é importante também destacar a existência e a atuação de outros coletivos e organizações sociais que atuam na defesa dos direitos da população LGBTI+ em Porto Alegre, como a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL/RS), Outra Visão LGBT, Coletivo Feminino Plural, Mães pela Diversidade, Homens Trans em Ação (HTA), Coletivo Amora, Desobedeça LGBT, União Nacional LGBT, Conexão Diversidade, MQ Colorido e Núcleo de Diversidade Sexual do Sintrajufe/RS. Também vale citar outros projetos acadêmicos que, apesar de não se constituírem como movimento social, prestam serviços à população LGBTI+ e acabam somando em espaços de participação política e controle social, como é o caso do cursinho popular TransEnem, do projeto de extensão da UFRGS G8-Generalizando e do CRDH/UFRGS, que será analisado no trabalho (NÚÑEZ, 2017). O que fez com que escolhêssemos os movimentos sociais que serão objeto de análise deste trabalho (Nuances, Somos e Igualdade) tem a ver com critérios que os distinguem dos demais: possuem espaço físico de trabalho, oferecem a prestação de algum serviço (na forma de atendimento ou de intervenção comunitária/em advocacy, participam de espaços de controle social da cidade) e existem há mais de vinte anos em Porto Alegre. O CRDH/UFRGS foi incluído, apesar de não se caracterizar como movimento social, por ser um espaço de intervenção do autor deste trabalho e por firmar parceria com esses movimentos sociais para a prestação de atendimento direto e formação continuada dos serviços da rede.

3.1 Nuances - Grupo pela livre expressão

Para entender a construção, não somente do grupo Nuances, mas também de outros grupos que serão apresentados, é preciso primeiro falar brevemente do Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA/RS). Fundado em 1989, o GAPA é uma organização da sociedade civil (OSC) pioneira no combate a epidemia do HIV/AIDS do sul do Brasil (NECCHI, 2017). Desde sua fundação, o grupo teve como objetivo o acolhimento de pessoas vivendo com HIV/AIDS, mas também realizava diferentes rodas de conversas com temas diversos. Não à toa, o grupo chamou a atenção de diversos homossexuais e travestis que participavam de muitas das atividades promovidas pelo GAPA, já que estes foram segmentos profundamente afetados pela epidemia da AIDS.

Foi numa destas atividades, realizada no auditório do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFRGS, que Célio Golin e Glademir Lorensi, estudantes da UFRGS e moradores da Casa de Estudantes Universitários se encontraram e começaram a discutir acerca da homossexualidade (GOLIN, 2017). Os dois, junto com alguns outros militantes, resolveram organizar um grupo para ampliar esta discussão e os primeiros encontros foram realizados nos quartos da própria CEU. Dali surgiu a ideia de organizar as pessoas homossexuais de Porto Alegre, inicialmente chamando-se Movimento Homossexual Gaúcho (MHG). Após seis meses de existência, o grupo altera seu nome para Nuances, mudança que, segundo Celio Golin, devia-se ao entendimento de que a união das palavras “homossexual” e “gaúcho” era muito combativa para o contexto da época, no qual não se tinha pleno entendimento do significado da homossexualidade.

A gente nos seis primeiros meses era MHG, você tem alguns panfletos inclusive. Depois a gente mudou, até foi uma ideia do Glad, assim, porque a gente achou que era muito enfrentativo naquela época, entendeu? Movimento Homossexual Gaúcho. Daí apareceu "nuances", que é uma palavra francesa, várias tonalidades, tem a ver com o corpo, sexualidade, aquela função toda. (Célio Golin, fundador do Nuances)

Portanto, em 1991, o Nuances é fundado, tendo como pauta central a discussão da homossexualidade, e começa suas ações na defesa dos direitos da população LGBTI+ mas não se afastando de outras discussões políticas relevantes, como afirma Celio Golin, um dos interlocutores desta pesquisa.

Aí foi acontecendo. A gente foi ocupando espaços, discutindo com outros setores da sociedade, a gente não era um grupo fechado para pauta só LGBT, mas claro, esse era o foco. (Célio Golin, fundador do Nuances)

Apesar de já estar em ação há aproximadamente dois anos, somente em 1993 o grupo realiza seu registro junto ao Estado. Segundo Célio, essa institucionalização gerou amplas discussões no coletivo, pois existia uma grande resistência no grupo a se institucionalizar, porém, sem esse movimento, o grupo não poderia acessar verbas públicas para desenvolver seus projetos.

E aí a gente foi se organizando e tinha uma certa resistência de se institucionalizar no início, entendeu? A gente não registrou, só registrou em 1993 que a gente fez uma diretoria e tal, porque tinha aquela discussão, se nós não se institucionalizar, a gente não disputa verba, a gente tem uma limitação política, aquela coisa. Eu até era um dos mais resistentes na época, mas daí a gente se institucionalizou e tal. (Célio Golin, fundador do Nuances)

No entanto, esse processo não se deu de forma tranquila, pois os militantes do grupo foram barrados pelo escrivão, que colocou em dúvida a legalidade da organização. Portanto, o grupo precisou entrar com um recurso na justiça, que por fim se encerrou com uma decisão favorável ao registro do Nuances (GOLIN, 2017). Esse fato é mais um reflexo das formas de discriminação experimentadas pelas pessoas e organizações que defendem a pauta LGBTI+, sendo necessário apelar ao sistema de justiça para o acesso a direitos básicos, amplamente acessíveis a outros segmentos da sociedade brasileira.

As primeiras ações do Nuances tinham como foco central a saúde sexual da população LGBTI+, devido ao contexto de epidemia de AIDS no qual se vivia, e a falta de respostas efetivas dos governos para essa demanda.

[...] aí começamos a fazer projetos mais voltados à prevenção da AIDS né? Que era o grande babado no momento. Coquetel só (surge) em 1996 então era toda uma dificuldade, uma coisa bem complicada. (Célio Golin, fundador do Nuances)

Essa é mais uma comprovação de que a população LGBTI+ só passou a ter visibilidade real com o advento da AIDS, não só no Brasil, mas no mundo todo. Por essa razão, a construção dos direitos das pessoas que desviam da norma heterossexual e cisgênero se inicia, não através da afirmação da identidade, mas da necessidade de combate à morte.

A gente não entrou no processo de cidadania pela cidadania [...], nós entramos com uma questão de saúde, de doente, de vítima, sabe? E isto ao

mesmo tempo que abriu várias possibilidades para discutir outras coisas também, é importante a gente pensar do que significa isso politicamente né? Porque era diferente por exemplo do movimento da década de setenta que não tinha a questão da AIDS ainda. Era por questão de direitos. [...] tem lei que proibe beijar, então vamos acabar com essa lei, criamos uma lei que garanta o casamento, queremos uma lei que garanta aquilo. Era esse o debate. Claro, chegou a questão da epidemia, né? Daí mudou tudo, tudo que é lugar. Mas nós no Brasil também teve antes da epidemia também teve iniciativas, o Somos e várias outras entidades, o Triângulo Rosa e tal, mas o que nos colocou no cenário político enquanto empoderamento foi a questão da AIDS. Foi pela saúde. (Célio Golin, fundador do Nuances)

Além disso, sem a ampla disseminação de informações acerca de práticas sexuais seguras, entre pessoas LGBTI+ ou não, os preservativos eram vistos somente como método contraceptivo, além de não serem amplamente acessíveis, como são atualmente devido a sua distribuição nos serviços de saúde do SUS.

Aqui já tinha do GAPA, mas era pouco, né? [...] Posto então, tu ia no posto de saúde aqui que não conseguia, “mas para que tu quer camisinha? pra que? Pra não fazer filho?” (Marcelly Malta, fundadora da Igualdade RS)

Ao longo dos anos seguintes a organização desenvolveu diversas ações em defesa dos direitos humanos da população LGBTI+, no entanto, aqui destacamos os de maior amplitude, sendo eles a alteração da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre no seu Artigo 150, a Parada Livre de Porto Alegre, o Jornal do Nuances, e a implementação de um serviço que funcionou durante alguns anos na cidade, o Centro de Referência em Direitos Humanos: Rompa o Silêncio.

No ano de 1994 a organização, articulada com vereadores do Partido dos Trabalhadores, lutou para que fosse alterado o texto do artigo 150 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, o qual proibia diversas formas de discriminação, sendo incluído por conquista do movimento também a proibição de discriminação por orientação sexual em estabelecimentos públicos ou comerciais⁸ (GOLIN, 2017). Apesar de ser uma enorme conquista, a legalidade por si só não garante direitos aos cidadãos, e neste sentido o grupo também organizou uma campanha de divulgação

⁸ Essa alteração gerou um fluxo de encaminhamento administrativo no interior dos órgãos da Prefeitura de Porto Alegre: se uma pessoa fosse discriminada em algum estabelecimento comercial ou serviço público, poderia ser acolhida no Centro de Referência às Vítimas de Violência (CRVV) vinculado à extinta Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre. Esse atendimento geraria um relato, encaminhado posteriormente para a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio, cuja função seria atuar o estabelecimento. Na previsão legal havia também o disposto de perda de alvará de funcionamento ou pagamento de multa após três autuações. Esse procedimento nunca foi amplamente divulgado e determinado período histórico (2002-211) foi analisado por Ferreira (2011), que concluiu que nenhum estabelecimento foi definitivamente multado ou teve perda de alvará, ainda que pudesse ser socialmente conhecido por ser um espaço inseguro - porque as pessoas não denunciavam e o procedimento não era devidamente reconhecido pelo conjunto da sociedade porto-alegrense.

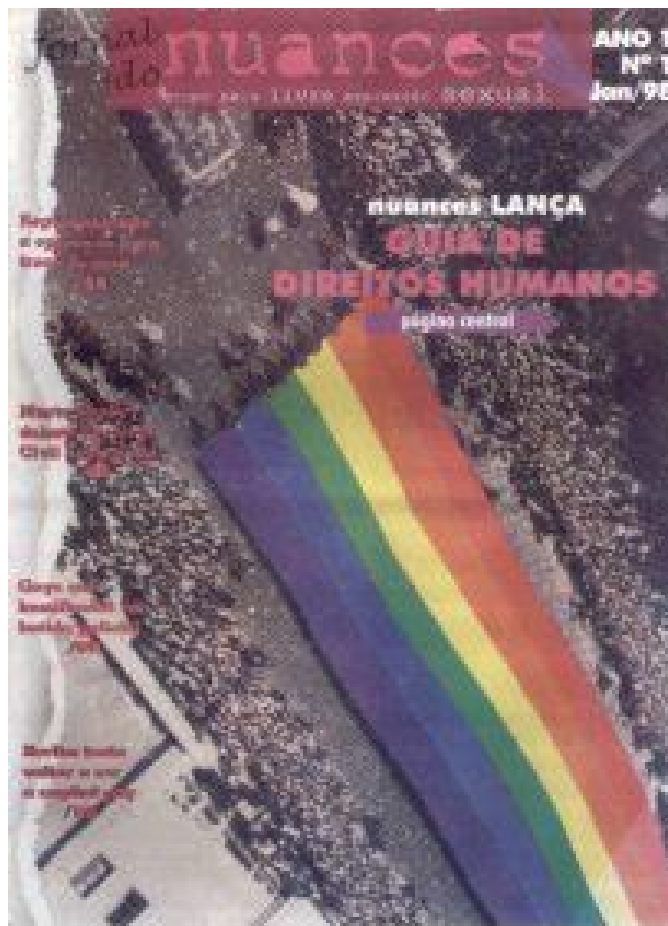
da alteração do artigo, buscando disseminar o máximo possível a informação, e realizou diversas outras atividades que visavam a visibilidade da pauta, como a Parada Livre.

Mesmo que atualmente no Brasil se promova em São Paulo a parada LGBTI+ reconhecida como a maior do mundo, esse processo se deu de forma gradual e descentralizada em diversos pontos do país. Em Porto Alegre, a primeira parada LGBTI+ foi protagonizada principalmente por militantes do Nuances, quando em 1997 cerca de cem pessoas saíram andando pelo Brick da Redenção com bandeiras e apitos. Já no ano seguinte também foi possível a montagem de um pequeno palco com performances de *drag queens* e shows musicais. Segundo Golin, a construção da parada é um dos principais feitos do Nuances.

Na época não tínhamos dimensão de como a Parada acabaria por se constituir como um dos principais eventos da cidade e todas as suas repercussões, como o processo de rompimento da invisibilidade política dos LGBTTs, trazendo para a cena pública da cidade personagens que eram vistos como sujeitos desviantes e marginais (GOLIN, 2017, p. 65).

Também foi a partir da visibilidade promovida por tal evento que políticos começaram a desviar a sua atenção para este segmento social, entendendo que sujeitos LGBTI+ podem ser ativamente políticos, e portanto, buscando se articular a estes. Também a partir desse crescimento exponencial, que outros grupos entraram em conflito com o Nuances através dos diversos anos em que a parada foi realizada. Por entender que este evento tem um potencial político gigantesco e transformador, não à toa, é ele que estampa a primeira página da edição número um do Jornal do Nuances, em 1998.

Figura 6: Capa da Edição nº 1 do Jornal do Nuances



Fonte: NPH Digital. Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/nphdigital/hemeroteca/jornal-do-nuances-nuances-lanca-guia-dos-direitos-humanos/>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

O Jornal do Nuances foi uma publicação periódica produzida pelo grupo a partir de 1998, a qual ainda é publicada atualmente. Tendo como inspiração o Lâmpião da Esquina, o jornal tratava principalmente acerca de temáticas ligadas à diversidade sexual e de gênero e outras pautas socialmente marginais, servindo como uma interlocução com a sociedade. O jornal tinha uma tiragem básica de dez mil exemplares e alcançou distribuição nacional, sendo um importante meio de comunicação em um momento histórico no qual a internet era muito pouco acessível no cotidiano dos brasileiros. No jornal também eram divulgadas palestras, eventos, encontros e demais atividades do Nuances, de forma a estimular a participação dos leitores, mas também informá-los das ações do movimento (GOLIN, 2017). A criação e investimento do Nuances em um periódico próprio demonstra o entendimento que os seus ativistas tinham quanto à importância da disseminação de informação, mesmo com a grande resistência social encontrada nos anos de 1990.

Mesmo que o jornal tivesse mais alcance entre pessoas LGBTI+ (GOLIN, 2017) ou sujeitos que fossem de alguma forma sensibilizados às questões LGBTI+, o jornal poderia aprofundar discussões que pudessem ser percebidas de formas mais rasas ou desatualizadas, além de possibilitar que os sujeitos dessa comunidade fossem atores que multiplicassem as informações recebidas.

Outro projeto de extrema relevância implementado pelo Nuances foi de um Centro de Referência de Direitos Humanos, o Projeto Rompa o Silêncio. O CRDH foi financiado pela então Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal (assim como outros centros de referência implementados no mesmo período por ocasião da previsão trazida pelo Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH)⁹, e promovido em parceria com o Igualdade RS, o Ministério Público do Estado, a Associação de Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS), a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o Ministério Público do Trabalho, a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e a Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). O coordenador do projeto, Fernando Pocahy, afirma que a união destas entidades na formação do projeto tinha por objetivo

a) Promover o acesso à justiça, nos casos de discriminação e outras violências motivadas por homofobia; b) Contribuir para o fortalecimento das ações de combate à discriminação e outras violências, através da ampliação dos espaços de interlocução sobre direitos humanos e à livre expressão sexual; c) Colaborar para o desenvolvimento das ações do Centro de Referência em Direitos Humanos.

Portanto, pensando em concretizar o que buscava o projeto e ampliar o serviço que já era ofertado pelo Nuances, o CRDH contou com profissionais da área

⁹ A legislação que prevê e referencia a criação de Centros de Referência em Direitos Humanos no Brasil é o Programa Nacional de Direitos Humanos nas suas três versões. Para o PNDH-3, a interação democrática construída entre Estado e sociedade civil a partir da redemocratização, expressada na Constituição de 1988, trouxe avanços no âmbito das políticas públicas e reconhecimento dos direitos humanos como primordiais através da “interlocução de setores do poder público com toda a diversidade social, cultural, étnica e regional que caracteriza os movimentos sociais” (BRASIL, 2009, p.22). O documento afirma, então, que os direitos humanos “devem ser promovidos e protegidos por meio de esforço conjunto do Estado e da sociedade civil” (BRASIL, 2009, p.22), tendo a finalidade de dar continuidade a essa integração. Na esteira do PNDH-3 e da existência da então Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR) entre 2003 e 2014, nos governos Lula e Dilma, uma série de Centros de Referência foram criados pelo Brasil especialmente entre os anos de 2005 e 2012, alguns com caráter mais global (atendendo diferentes populações-chave) e outros mais específicos, de referência no atendimento às mulheres, ou a vítimas de intolerância religiosa, ou a crianças e adolescentes, etc. Em 2012, o Brasil contava com cerca de 30 CRDHs (CELMER; CRUZ, 2012). O CRVV, anteriormente citado, também fez parte desse bojo.

que pudessem realizar assessorias jurídicas, psicológicas e sociais aos sujeitos LGBTI+ em violação de direitos (GOLIN, 2017).

O Centro de Referência funcionou entre os anos de 2006 e 2009, no qual foi possível desenvolver, além dos atendimentos propostos, pesquisas e publicações de relevância sobre direitos humanos. Segundo Célio Golin (2017), a atuação no serviço possibilitou articulações com diversos outros setores do Governo, da sociedade civil e da rede de serviços públicos, ampliando ainda mais a visibilidade da pauta, no Rio Grande do Sul, na primeira década do século XXI. É interessante, que, apesar do financiamento e do envolvimento de diversas instituições públicas no CRDH, este ainda era protagonizado pelas OSCs envolvidas, mostrando mais uma vez que o Estado tende a transferir, para os movimentos sociais, suas responsabilidades na garantia de direitos.

Atualmente o Nuances não dispõe de um serviço de atendimento direto à população LGBTI+ como na época da sua fundação, no entanto, não se faz ausente dos espaços políticos da cidade. Ainda hoje, a organização, sobretudo representada por Célio Golin e Perseu Pereira, continua participando da organização da Parada Livre de Porto Alegre, além de se inserir em outros espaços de discussão coletiva. Também se insere no Conselho Estadual LGBT, importante espaço de controle e participação social.

3.2 Igualdade RS - Associação de Travestis e Transexuais

A igualdade RS é uma OSC fundada em 1999, tendo como objetivo atender a população trans do estado, com enfoque nas travestis, entendo que esse segmento possui particularidades que não são totalmente abarcadas em organizações que trabalham as dissidências sexuais e de gênero de forma mais generalizada. A organização foi criada pela militante travesti Marcelly Malta, que atuou por alguns anos junto ao GAPA, no qual era convidada para fazer grupos com mulheres trans sobre prevenção do HIV. Devido a falta de documentos de acesso público da organização, esse segmento foi desenvolvido usando como fonte principal a entrevista realizada com a própria Marcelly Malta, presidenta ainda hoje da ONG Igualdade. Ressaltamos também, que devido a grande importância desta para o movimento da população trans de Porto Alegre, e por solicitação da própria, sua identidade também será pública neste trabalho, entendendo que suas falas não

podem ser apropriadas para a produção científica sem lhe dar o devido retorno, mesmo que esse retorno seja a própria visibilidade.

Começou assim, por meio dos anos oitenta eu já era funcionária da saúde, né? E na época o Gerson era presidente do GAPA né? E ele me convidou pra fazer oficinas, que tinha muita trans, né? A gente acolher e falar sobre a epidemia da AIDS que tava ainda aí, e consegui trazer essa população, pra o único meio de prevenir, que era a camisinha, né? (Marcelly Malta, fundadora da Igualdade RS)

Marcelly destaca que nos encontros em que estava presente e ministrando, a presença de travestis aumentava bastante, ao contrário de encontros ministrados por outros profissionais, nos quais as travestis frequentavam menos. Isso demonstra que é preciso se reconhecer nos espaços, sentir-se pertencente a estes para acessá-los, e neste e em muitos outros casos, esse pertencimento vem por meio da presença dos pares. Também destacamos que Marcelly relata que ainda na época em que atuava como voluntária no GAPA as usuárias travestis já demandavam por um lugar próprio desde o final dos anos de 1980.

As travesti diziam: Marcelly, por que a gente não constrói uma ONG só de travestis?" Naquela época não se falava muito nas transexuais, homens trans, então! Nem se conhecia. (Marcelly Malta, fundadora da Igualdade RS)

No entanto, por trabalhar como profissional do sexo, em 1990 Marcelly se muda para a Itália, onde, segundo ela, era o destino de pessoas de múltiplas nacionalidades que trabalhavam na prostituição. Esse movimento permitiu que ela se aproximasse de uma cultura que abordava a questão de gênero de uma forma muito diferente do Brasil.

Eu aprendi que a AIDS não tinha fronteira, a violência não tinha, né? Era igual. Ou era parecida. Só que a questão do respeito com a população de travestis naquela época, né? Lá na Europa só faltava esticar o tapete pra tu passar. (Marcelly Malta, fundadora da Igualdade RS)

Os cidadãos italianos, ao contrário dos brasileiros, aceitavam a presença de travestis e demais pessoas LGBTI+ em espaços comuns, portanto não havia tanta necessidade de viver de forma escondida ou sigilosa. Marcelly também destaca a surpresa que teve ao ser tratada pelos pronomes femininos por pessoas desconhecidas no país, situação que nunca havia encontrado no Brasil.

Ao retornar ao Brasil, Marcelly volta a atuar no GAPA, e aliada volta a necessidade de pensar um espaço específico para as pessoas trans.

Em mil novecentos e noventa e oito, a gente pensou em criar uma associação, porque só tinha três no Brasil. tinha a do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Curitiba. A gente pensou naquilo num dia assim de sol, um dia quente e a gente pensou: vamos criar uma ONG, né? E foi o que aconteceu, levou umas duas semanas, a gente não sabia nem como escrever um o estatuto, né? Como fazer isso? (Marcelly Malta, fundadora da Igualdade RS)

A fala de Marcelly revela a diferença das experiências sociais entre homossexuais e travestis na inserção nos movimentos sociais. Enquanto gays e lésbicas já transitavam por outros movimentos, como dito por Célio Golin, as travestis não tinham a mesma possibilidade de inserção neste movimento.

Em 1999 a Associação Igualdade RS é oficialmente fundada e inicia seus projetos principalmente na área da prevenção de combate da AIDS. Quando perguntada sobre as principais demandas da população nos primeiros anos da ONG, Marcelly afirma

A violência, a violência da polícia, né? Eu me lembro quando o Olívio era Governador do Rio Grande do Sul e um dia eu tava trabalhando já na Igualdade, e tocou telefone e uma assessora do governo me ligando. Pensei "tá passando trote". Era assessora do Secretário de Justiça e Segurança, [ela disse] "eu vi uma oficina tua, e a gente falou com as autoridades para tu ser instrutora na Academia de Polícia". (Marcelly Malta, fundadora da Igualdade RS)

Assim se inicia um importante projeto da Igualdade, tendo como objetivo a formação das forças de segurança pública acerca dos direitos humanos, com enfoque na população trans, em todo o estado, em um momento histórico que o poder executivo estadual estava presidido pela esquerda política, na figura de Olívio Dutra (PT). Sobre os impactos nas representações políticas, Marcelly também afirma que as diferenças entre as ideologias políticas dos governantes eram um termômetro importante para perceber como a questão de gênero e sexualidade seria mais ou menos acolhida no social:

Conforme o governador tu sentia lá na rua o preconceito. [Antes dos governos de esquerda] a gente era mais presa, a violência era maior, a polícia naquela época desaparecia com as travestis. Muitas trabalhavam numa esquina, quando vê, sumia. A polícia levava e nunca mais aparecia. (Marcelly Malta, fundadora da Igualdade RS)

Essa é mais uma prova de como os marcadores sociais influenciam na forma que os diferentes grupos sociais vão experienciar as expressões de violência. As travestis, público em alto risco social, pela identidade de gênero, mas também pelo trabalho sexual como estratégia de subsistência, pensando também nos

atravessamentos de classe e racais articulados à dissidência de gênero, podem ser entendidas como um dos grupos mais vulneráveis à violência na sociedade brasileira.

Marcelly também fala sobre a ausência de dados estatísticos que abordem o perfil e as condições de vida da população trans, sendo necessário que o próprio movimento inicie esse levantamento de dados, através da Rede Trans, na qual ocupa a vice-presidência.

Porque que nós não fazemos dados, do assassinato, da violência. Ir pra rua, ver quantas travestis tem ensino médio, ensino fundamental, tão na prostituição, ja sofreram violência. (Marcelly Malta, fundadora da Igualdade RS)

Ela refere que segundo o levantamento realizado pela equipe da Rede Trans em 2017, apenas cerca de 2% das travestis entrevistadas tinham emprego, mesmo que na informalidade, enquanto os outros 98% exerciam o trabalho sexual. Destaca-se também que enquanto os dados acerca de mulheres trans são escassos, os que se referem à população transmasculina são praticamente inexistentes, devido a extrema invisibilidade que ainda afeta os homens trans. Neste sentido, Marcelly também salienta que uma das principais lacunas nos direitos LGBTI+ atualmente refere-se à saúde da população trans.

Eu tenho maior respeito porque a população de homens trans, [eles] ainda tem muita, muita dificuldade no acolhimento na saúde. No Brasil é o pior impacto que tem. (Marcelly Malta, fundadora da Igualdade RS)

Ela ainda reforça que o Estado tem feito muito pouco pela população LGBTI+, responsabilizando as OSCs na oferta de serviços. Essa é uma herança da lógica herdada da década de 1990, na qual o Estado transfere a sua responsabilidade com segmentos populacionais em risco, através de financiamento, ou mesmo sem ele, para os movimentos sociais. Da mesma forma, Marcelly fala sobre as representações vazias, ou seja, aquelas que não tem compromisso com a população em que se insere, através da figura do governador estadual Eduardo Leite (PSDB), “não adianta nada ter um governador gay e não fazer uma política pública direcionada a toda essa população” (Marcelly Malta, fundadora da Igualdade RS).

Por fim, deixo a reflexão final de Marcelly, como militante há mais 30 anos dos direitos LGBTI+, acerca da Igualdade, mas também do movimento trans como

um todo: “As pessoas têm uma visão de que a Igualdade é minha. Ela não é minha. É de todas as pessoas trans” (Marcelly Malta, fundadora da Igualdade RS).

3.3. Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade

A ONG Somos, como é popularmente conhecida, foi fundada em 2001 por alguns ativistas oriundos do GAPA e do Nuances, entre eles Alexandre Böer, falecido em 2021. Essa organização surge com objetivo de desenvolver ações que abarcassem a área da saúde, da comunicação e da cultura de forma inovadora e criativa. O relato e reflexão acerca dessa organização se dá pela nossa proximidade com as ações desenvolvidas pelo serviço, seja pela inserção direta na ONG através do voluntariado, ou por aproximações sistemáticas com o trabalho desenvolvido, a fim de compreender o movimento LGBTI+ do município de Porto Alegre.

A Somos realiza suas ações baseados nos direitos humanos, sobretudo os direitos sexuais e reprodutivos, considerando que esses são os que mais trabalham a temática ligada à população LGBTI+, buscando a construção coletiva de uma sociedade mais plural e democrática a partir da afirmação dos direitos civis, políticos e sociais, sempre visando os valores que dirigem a sua atuação, como a inquietude, a criatividade, a inovação, a solidariedade, a sustentabilidade, o comprometimento e sobretudo a defesa da democracia (SOMOS, 2023).

Logo no seu ano de fundação, a Somos já articulou um projeto de oficinas de educação sexual em escolas da rede pública de Porto Alegre. A atividade tomou proporções muito além do esperado e em pouco tempo os militantes não conseguiram atender a toda a demanda que surgiu das escolas. Isso demonstra a clara defasagem das políticas de governo da área da educação no que diz respeito às reais necessidades dos alunos, professores e funcionários das escolas. Com essa análise, se construiu uma parceria entre a Somos e o Governo do Rio Grande do Sul - durante a gestão de Olívio Dutra - para a realização de capacitações dos professores sobre educação sexual, substituindo o contato direto da ONG com as escolas e os alunos.

Todos os projetos são planejados e aplicados de forma transdisciplinar pelos militantes que mais se alinham com a proposta de cada projeto. Além disso, se avaliada a necessidade pelos membros, são realizados contatos com pessoas de fora para se agregar aos projetos e fortalecê-los, de acordo com as especialidades e

a vontade desses sujeitos. Para financiar as ações, a equipe da Somos submete projetos em editais públicos lançados por diversas instituições de caráter nacional e internacional. Os projetos sempre buscam contemplar as áreas de atuação da organização, com enfoque nos direitos humanos da população LGBTI+ e saúde sexual.

O projeto atualmente sendo executado pela instituição, denominado Passagens, se trata de um trabalho de mapeamento e intervenção sobre a situação da população LGBTI+ encarcerada. O projeto teve uma primeira etapa de pesquisa e intervenção em 13 estabelecimentos penitenciários de quatro regiões brasileiras, devido a falta de informação do Infopen (Banco de dados sobre a situação carcerária no Brasil e no mundo) sobre a realidade de pessoas LGBTI+ que vivem em privação de liberdade, sobretudo nas penitenciárias masculinas, nos quais é possível haver alas separadas para homens gays, transexuais, transgêneros e travestis. O objetivo principal do Passagens é a criação de uma rede de apoio e assistência a essas pessoas a partir da coleta e divulgação dessas informações. Como um dos produtos do projeto, foi produzido um livro e um filme documentário retratando a situação carcerária das pessoas LGBTI+ pelo Brasil, estando disponível gratuitamente no YouTube, o que promove o livre acesso aos achados do estudo, de forma a disseminar o conhecimento na temática de forma acessível e transparente.

A Somos também preza muito pela participação e controle social, sobretudo por meio dos conselhos municipais e estaduais. A ONG tem ou já teve representações nos conselhos de saúde municipais e estaduais, principalmente no que diz respeito às políticas sobre HIV/AIDS, no Conselho Estadual de Direitos Humanos, no Conselho de Educação e no Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBT (ocupando atualmente sua presidência), além de espaços nacionais como o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Os militantes dão bastante ênfase para essas participações, e defendem que essa é uma das principais formas de pressionar o governo sobre a situação das políticas públicas, como afirma Caio Cesar Klein, presidente da Somos, a cerca do Conselho Estadual LGBT.

A Somos participa do Conselho LGBT desde o seu surgimento em 2014. O Conselho surgiu a partir da articulação de várias organizações da sociedade civil de Porto Alegre e do interior. Foi criado em 2014 através de um decreto no governo do Tarso Genro. O sentido é a gente ter um espaço dentro da estrutura do Estado para discutir políticas públicas para esse grupo, assim

como existe o Conselho da Mulher, o Conselho do Idoso, o Conselho da Criança e do Adolescente (SOBRE DIREITOS HUMANOS, 2022).

Também é a partir dessa presença de participação social, que a Somos transfere sua antiga sede, localizada na Galeria Malcon, na Rua dos Andradas, para um espaço mais adequado ao formato de atendimento atual, em um imóvel alugado pela Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Porto Alegre para a atuação de todas as OSCs ligadas ao estudo e/ou intervenção acerca do HIV/AIDS¹⁰.

No ano de 2021 a Somos implementa um serviço de assistência direta à população LGBTI+ e vivendo com HIV/AIDS. A proposta tem como objetivo um acolhimento qualificado destes sujeitos, de forma a diminuir a revitimização destes sujeitos, que já são alvo de diversas formas de discriminação e violação de direitos. O serviço se propõe funcionar de segunda a sexta-feira, no período da tarde, e é desenvolvido por profissionais e estudantes voluntários das áreas do direito, psicologia e serviço social, que tenham interesse e identificação com a temática das dissidências sexuais e de gênero. O financiamento para a prestação de alguns recursos do serviço se deu através de edital público do Fundo Positivo, fundo dedicado ao financiamento de projetos que tematizam HIV/AIDS ou a população LGBTI+. Com o orçamento recebido, a ONG adquiriu cestas básicas, insumos de higiene pessoal e vale-transportes municipais, de forma a responder às demandas de insegurança alimentar e mobilidade urbana, pois estas se apresentam de forma mais imediatas e urgentes pelos sujeitos que acessam o serviço.

No entanto, os atendimentos não se reduzem a práticas assistenciais de entrega de insumos, mas também de vinculação da população usuária ao serviço, de forma a ser possível desmistificar o imediato, analisando e intervindo

¹⁰ No passado, entre 2007 e 2012, a Somos alugava com recursos próprios um casarão no bairro Santana, localizado na Rua Jacinto Gomes. Foi um momento importante para a organização, que recebia recursos mais volumosos advindos da fundação holandesa Schorer para trabalhar ações de prevenção do HIV/AIDS entre jovens gays de Porto Alegre e Região Metropolitana. Após término do projeto, a Somos foi acolhida pelo GAPA e permaneceu na antiga sede deste, também um casarão localizado na Rua Luiz Afonso, no bairro Cidade Baixa. Esse espaço, por sua vez, estava bastante comprometido na sua estrutura e envelhecido pelo tempo, e em dado momento a Prefeitura de Porto Alegre decidiu interromper o pagamento do aluguel da sede. Foi oferecido outro local para a Somos, agora a partir de articulações junto à Secretaria Municipal de Saúde, em um prédio comercial no Centro de Porto Alegre, local que abrigou a organização por poucos meses até ser interditado pelo Corpo de Bombeiros por não possuir Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio. Todos os pertences da organização ficaram no prédio sem possibilidade de serem retirados, até que a sede foi transferida para a Galeria Malcon, no mesmo andar onde já funcionava por muitos anos a Igualdade RS. Lá permaneceu até 2020, onde ocorreu a última mudança até a escrita deste trabalho. Lá estão também a Igualdade RS, o GAPA, o Fórum ONG/AIDS e a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS - RNP+.

qualificadamente no cerne daquilo que aparece como demanda imediata. Neste sentido, os voluntários atuam em diversas frentes, como no aconselhamento jurídico de demandas diversas, orientações e atendimentos sociais e em saúde de casos de violência, discriminação, violação de direitos, assim como ao acesso a retificação do registro civil para o nome verdadeiro¹¹, a serviços de saúde e assistência da rede pública, e informações acerca de direitos e benefícios assistenciais e previdenciários. Também é a partir dos registros desses atendimentos, sempre realizados nos prontuários internos do serviço, que se percebe como as demandas que parecem inicialmente individuais, são na verdade coletivas. A ONG em parceria com outras instituições e setores da sociedade realiza ações de grande amplitude, como por exemplo, o acordo firmado com o Tribunal de Justiça do Estado (TJRS) em parceria com o CRDH/UFRGS, para a emissão gratuita de Certidões Negativas dos Cartórios de Protestos, um dos diversos documentos exigidos para a abertura do processo administrativo de retificação de nome e pronomes¹². Ainda sobre a parceria com o CRDH, Caio Cesar Klein reflete como a articulação pode beneficiar o público usuário.

A partir dessa parceria a gente consegue evoluir na troca de conhecimento e acompanhamento de casos, e também consegue através do CRDH encaminhar os nossos usuários para outros projetos da universidade. (SOBRE DIREITOS HUMANOS, 2022)

Uma das principais atividades da Somos, além dos projetos financiados, é a construção da Parada Livre de Porto Alegre. O evento que comemora o orgulho LGBTI+ é construído com diversas outras ONGs, coletivos, grupos e até mesmo bares e casas de festas que se identificam com a luta LGBTI+. A parada livre é de

¹¹ Aqui se escolhe por tratar como nome verdadeiro e não nome social, por se entender que no ato da escolha do nome feito pelo sujeito, este se torna seu nome de verdade, enquanto o termo “social” dá uma ideia de apelido, fictício, tratado somente na sociabilidade e não no âmbito legal.

¹² No âmbito jurídico, a Somos executou, entre 2004 e 2011, o projeto Libertas, serviço de assessoria jurídica gratuita para LGBTI+ e pessoas vivendo com HIV/AIDS. Nesse período, a organização foi responsável pelo ajuizamento da ação que resultou no primeiro casamento civil entre duas pessoas do mesmo sexo no Brasil. A ação foi ajuizada na Justiça Gaúcha referente a uma casal de mulheres do sul do Estado e, anos após, o recurso especial foi julgado no STJ e deferida a habilitação para o matrimônio e registro em cartório. Também foi responsável pela primeira ação de retificação de registro civil em que a autora afirmava ser travesti - a nossa interlocutora Marcellly Malta -, em um momento em que a justiça brasileira somente acolhia a troca de nome de pessoas afirmadas transexuais. Também ajuizou a ação que se tornou o primeiro casamento entre duas mulheres no país. Ainda, nesse período foram recebidas muitas demandas relativas à concessão de medicamentos antirretrovirais para tratamento do HIV que, na época, não eram fornecidos pelo SUS. Atuaram também garantindo a pensão do INSS ou de servidores públicos ao companheiro vivo de pessoa falecida do mesmo sexo – o que passou a não ser mais necessário com a decisão do STF sobre a união estável.

extrema importância para essa população, pois se trata de um espaço de livre expressão sexual e de gênero, e tem grande potencialidade como um espaço de ricas trocas de experiências. É importante também ressaltar que apesar de acontecerem duas paradas por ano em Porto Alegre, a Somos se envolve na organização na Parada Livre, que acontece desde 1997, sendo inicialmente protagonizada pelo Nuances, pois se entende que esta apresenta um caráter mais democrático e participativo, sendo organizado por diversas organizações ligadas a comunidade LGBTI+, e tendo como apoio da Prefeitura Municipal somente a autorização para utilização do Parque Farroupilha no dia do evento, demonstrando que as últimas gestões municipais têm pouco interesse por eventos populares em espaços públicos, inclusive aprofundando as privatizações destes espaços no últimos anos, sendo um dos alvos mais cobiçados a Redenção. No entanto, os movimentos sociais continuam investindo na construção deste evento, entendendo a grande importância que esse tem para a população e cultura da cidade. Além de ser um espaço de encontro de pares e reconhecimento no outro, ele continua estrategicamente promovendo a tão importante visibilidade das demandas coletivas da população LGBTI+, que são gritadas em meio ao parque mais importante da cidade, enquanto outros frequentadores, sobretudo famílias, passeiam com cães e tomam chimarrão.

3.4 Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRGS

A discussão acerca de gênero e sexualidade também tem ocupado um espaço no âmbito acadêmico, primeiramente nos estudos ligados à medicina e psicologia, no qual buscava se explicar os gêneros e sexualidades desviantes da norma - a cisheteronormativa - de forma biológica e patologizante, e após, sendo superada por estudos mais humanizados, considerando as dissidências sexuais e de gênero como um fenômeno humano, nem somente biológico ou social, mas algo que surge na intersecção de toda a experiência humana.

Dessa forma, começam a surgir diversas pesquisas e projetos nas universidades tendo como temática importante, ou até mesmo central, os estudos e intervenção no âmbito de gênero e sexualidade. Entre eles, surge em 2011 o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH). Ligado em um primeiro momento ao Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o projeto tinha como objetivo a promoção do respeito à liberdade acerca das questões raciais, de gênero e sexualidade, através de ações educativas, de capacitação e sensibilização dos serviços da rede pública (NOVAIS; SILVA; SANTOS, 2017 p. 107.).

Já no ano de 2022, o CRDH foi reestruturado, ampliando seu objetivo para além de atividades educacionais na rede, pensando na necessidade de um atendimento direto à população LGBTI+ e vivendo com HIV/AIDS, trabalhando na perspectiva de afirmação dos direitos humanos. A partir do direcionamento de uma emenda parlamentar da Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL), o Centro de Referência, rebatizado de CRDH/NUPSEX para CRDH/UFRGS, se constituiu como único serviço de referência na defesa dos direitos de pessoas LGBTI+ e vivendo com HIV/AIDS executado por uma instituição pública. O projeto mantém seu vínculo ao Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde como projeto de extensão universitária¹³.

De forma a ampliar o trabalho que já existia do Centro desde o ano de sua criação em 2011, o projeto agora se propõe a realizar atendimento sociais,

¹³ O Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) da UFRGS é um programa de extensão vinculado ao Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde (CIPAS), órgão auxiliar do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana (IPSSCH). O CRDH funciona desde 2011 e presta atendimento a pessoas LGBTI+ e pessoas vivendo com HIV/aids nas mais diferentes demandas que essas populações apresentarem (escuta em saúde mental, acolhimento e encaminhamento para a rede socioassistencial, aconselhamento jurídico, acesso a direitos e a políticas públicas, adesão a tratamento, empregabilidade e geração de renda, etc), fazendo parte, por isso, da rede de promoção e defesa dos direitos humanos de Porto Alegre. A institucionalização do CRDH se dá como atividade de extensão vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, renovada anualmente junto à Pró-Reitoria de Extensão (ProRExt). O CRDH foi inicialmente vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) contando com uma coordenação ampliada dos professores Henrique Caetano Nardi, Paula Sandrine Machado e Raquel da Silva Silveira, do Curso de Psicologia da UFRGS. Esse primeiro momento do projeto tinha como centralidade a formação de trabalhadores da rede pública – especialmente de escolas – bem como da própria comunidade acadêmica sobre o tema de gênero e sexualidade. Realizava também ações de assessoria e consultoria em serviços da assistência e saúde, e desenvolvia pesquisas próprias na mesma área (NARDI, s/d). Funcionou nesses moldes até 2017, ano em que constituiu, em parceria com a ONG Themis, um projeto de formação de lideranças comunitárias femininas de bairros populares de Porto Alegre intitulado “Jovens multiplicadores de cidadania” que tematizava os direitos humanos, os direitos das mulheres, a organização do Estado e da justiça, a condição de adolescente, os direitos de gênero e sexualidade, prevenção de ISTs, gravidez na adolescência e medida socioeducativa. Após isso, o projeto, ainda em funcionamento, diminuiu bastante sua capacidade de atuação devido à escassez de recursos orçamentários que possibilitasse a contratação de um maior número de bolsistas de extensão. Em 2021, o CRDH atualiza sua natureza a partir de uma emenda parlamentar proposta pela deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL) que busca destinar recursos para o atendimento direto de pessoas LGBTI+ e de pessoas vivendo com HIV/aids. O CRDH, agora sob coordenação do professor Guilherme Gomes Ferreira (Serviço Social) e vice-coordenação do professor Adolfo Pizzinato (Psicologia), atende à essa demanda e passa a se organizar a partir de um serviço de atendimento direto à essas populações, iniciando em 2022 a prestação de atendimento jurídico, social e psicológico ao público-alvo.

psicológicos, jurídicos e em saúde no formato “portas abertas”, se caracterizando como um serviço “espelhado” no que é oferecido atualmente pela ONG Somos. O CRDH é composto por uma equipe multiprofissional das áreas da enfermagem, do direito, da psicologia e do serviço social, buscando abarcar as necessidades integrais dos sujeitos nos atendimentos psicossociais e jurídicos realizados. Os profissionais e estudantes que prestam atendimento foram selecionados através de edital público, que valorizava suas experiências na área dos direitos humanos, sendo eles vinculados a graduação e pós-graduação, tanto da UFRGS quanto de outras universidades.

Em entrevista para o Jornal da Câmara de Porto Alegre (2022), o coordenador do projeto, professor de Serviço Social da universidade e pesquisador orientador deste trabalho, Guilherme Gomes Ferreira, relata que as principais demandas nos primeiros meses de serviço são por um espaço de escuta em saúde mental, acesso ao trabalho e renda, situações de violência e discriminação e, principalmente, busca de alimentos como resposta à situação de insegurança alimentar. Essa realidade demonstra as inúmeras expressões da questão social que afligem a população LGBTI+, que acabam por ser aprofundadas devido às questões relacionadas ao gênero e sexualidade, fonte do moralismo religioso tão presente na cultura brasileira. Também é possível inferir que esse contexto se dá pela dificuldade de acesso de pessoas LGBTI+ nos serviços de proteção social da rede municipal de Porto Alegre, devido a diversas situações de preconceitos vivenciados nestes serviços. Dessa forma, as atividades de formação e capacitação dos serviços da rede, não apenas de Porto Alegre, mas de diversos municípios do estado, continuam sendo um objetivo central do projeto, considerando que a medida que esta população conseguir acessar os serviços presentes em seus territórios de origem, se entende que sua vulnerabilidade social pode ser combatida com mais efetividade.

No entanto, por se tratar de um projeto universitário, o CRDH/UFRGS se encontra num campo contraditório. Por um lado se localiza num espaço de constante tensionamento do senso-comum, pois as universidades se caracterizam como espaços importantes para construção de conhecimento científico. Os projetos de extensão permitem bastante autonomia no desenvolvimento das ações, o que também possibilita abordagens criativas e inovadoras nas intervenções do serviço. O trabalho realizado pelos profissionais em formação também permite o acúmulo de

experiência no atendimento a este segmento populacional, contribuindo com a profissionalização de pessoas capacitadas e sensíveis à temática da diversidade sexual e de gênero que futuramente poderão trabalhar na rede de atendimentos deste ou outro município. Por outro lado, estes mesmos profissionais acabam por realizar através das ações do CRDH um trabalho de responsabilidade do Estado, que negligencia a população LGBTI+ e vivendo com HIV/AIDS, e é constantemente substituído por ONGs ou projetos universitários. Além disso, por não se constituir como um serviço institucionalizado, os integrantes do CRDH não gozam de nenhum direito trabalhista ou previdenciário, pois sua remuneração se dá por meio de bolsas de extensão, o que tem gerado a saída de alguns bolsistas em busca de melhores remunerações e condições de trabalho.

4. LUTA POR DIREITOS, REDE SOCIOASSISTENCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Atualmente, experimentamos uma corrosão das políticas direcionadas às pessoas LGBTI+ no Brasil, principalmente a partir do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff em 2016 e mais profundamente com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020), o que vimos, inclusive, pelo abandono das Conferências Nacionais de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBTI+ e pela agenda anti-gênero que se fortalece pelo discurso conservador presidencial ao provocar pânico moral relacionada às lutas por direitos sexuais e reprodutivos. Esse processo também se deu pelo avanço do conservadorismo brasileiro alimentado pelo conjunto da sociedade, que utiliza a comunidade LGBTI+ como “bode expiatório” para proteção da suposta “família tradicional”, através da criação de diversas falácias, tendo como maior exemplo o “kit gay”, que teria como pretexto disseminar a “ideologia de gênero” entre as crianças de escolas públicas.

Esse conjunto de movimentos e organizações que datam de aproximadamente 40 anos atrás no Brasil, resultou em diversas conquistas, seja no âmbito cultural, na conquista de espaços, visibilidade e maior respeito na sociedade contemporânea, seja no âmbito da legalidade, através da aprovação de leis, portarias, decretos, e resolução, mas sobretudo, através de decisões judiciais que garantiram a grande maioria dos direitos civis e sociais da população LGBTI+ brasileira. Dessa forma, propomos aqui a apresentação e reflexão acerca das principais conquistas no âmbito dos direitos, mas também dos desafios ainda encontrados e possíveis avanços no que diz respeito ao direito das pessoas dissidentes sexuais e de gênero nas Políticas Públicas ofertadas pelo estado Brasileira, com destaque na Política de Justiça, na Política de Saúde, na Política de Assistência Social, na Política de Educação e na Política de Segurança Pública.

4.1 Justiça: nome social e casamento civil igualitário

No que se refere à Política de Justiça Brasileira, essa é responsável pela garantia de direitos civis da população, que, no geral, não são acessados de forma quase orgânica pela maioria das pessoas, mas pode se apresentar um desafio para indivíduos LGBTI+. Entre estes direitos, o casamento foi por muito anos uma

demanda dessa população, sobretudo o segmento homo e bissexual, formado por homens gay, mulheres lésbicas e pessoas bis. Na cultura contemporânea o casamento simboliza a união romântico afetiva entre duas pessoas, e confirmar esta união perante o estado é uma forma de legitimar essa relação. No entanto, no caso das pessoas LGBTI+, esse direito foi sistematicamente negado pelo Estado, sobretudo pela influência política dos setores mais conservadores da sociedade, atualmente protagonizado por representantes de grandes organizações religiosas, sobretudo as igrejas evangélicas neopentecostais, que forçam a sua agenda de dogmas religiosos nas legislações brasileiras, sobretudo através das representações de vereadores, deputados e senadores, a ponto de terem uma representação tão grande no congresso nacional que ficaram conhecidos como a Bancada da Bíblia. Esses sujeitos políticos não respeitam a laicidade do Estado Brasileiro, e entendem que todo o qualquer cidadão deve viver de acordo com suas crenças. Para aprofundar o seu impacto nos direitos da sociedade, são aliados de outros setores conservadores, como aqueles formados pelos grandes latifundiários e os defensores da flexibilização da posse de armas de fogo no Brasil. Dessa forma, a união apelidada de BBB - Bala, em referência aos armamentistas, Boi, em referência aos agropecuaristas donos de grandes extensões de terra e Bíblia, em referência aos fervorosos religiosos cristãos - vem barrando qualquer tentativa de ampliação dos direitos das minorias social através do Poder Legislativo, agindo meramente baseados nos interesses próprios, e não nas reais demandas populares.

Dada essa realidade, o casamento entre pessoas do mesmo sexo/gênero foi temática de uma discussão polêmica durante décadas, pois o argumento do conservadorismo defende que o casamento é a união sagrada entre o homem e a mulher, logo, uma união que não apresente essa dupla de sujeitos não é legítima. Importa também ressaltar que essa não é uma experiência particular das terras brasileiras, pois esse mesmo debate se repete em diversos outros países do mundo, sempre tendo como adversário da garantia do direito os dogmas religiosos. No entanto, apesar do seu simbolismo, temos que entender o casamento como estratégias de garantia de direitos, pois através dele um sujeito pode acessar direitos que são ligados ao companheiro, como planos de saúde e direitos previdenciários.

Ainda hoje o Artigo 1.723 do Código Civil versa que “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na

convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”, portanto, as pessoas LGBTI+ precisaram por muito anos recorrer à justiça para acessar esse direito. Já no ano de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) através da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277 (ADI) reconheceu unanimemente a união estável de pessoas do mesmo sexo/gênero, se caracterizando como uma grande conquista, pois não se faz mais necessário o apelo ao judiciário para o acesso a União Estável. No entanto, o próprio texto que defende a ação, aparecem diversas expressões que simbolicamente reforçam a desigualdade existente entre a união hetero e homo

Família em seu coloquial ou proverbial significado de núcleo doméstico, pouco importando se formal ou informalmente constituída, ou se integrada por casais heteroafetivos ou por pares homoafetivos. A Constituição de 1988, ao utilizar-se da expressão “família”, não limita sua formação a casais heteroafetivos nem a formalidade cartorária, celebração civil ou liturgia religiosa. Família como instituição privada que, voluntariamente constituída entre pessoas adultas, mantém com o Estado e a sociedade civil uma necessária relação tricotômica. Núcleo familiar que é o principal lócus institucional de concreção dos direitos fundamentais que a própria Constituição designa por “intimidade e vida privada” (inciso X do art. 5º).

Ao se referir às uniões de heterossexuais como casais, mas as homossexuais como pares, já se faz a primeira distinção, pois o termo “par” foi por muitos anos utilizado para negar a legitimidade as relações afetivas e/ou sexuais de pessoas LGBTI+. Além disso, o termo homoafetivo também sofre duras críticas pelo movimento LGBTI+, pois dá a ideia de que casais LGBTI+ se unem puramente a partir do afeto, apagando outros aspectos importantes, como as práticas sexuais, como uma forma de higienizar a imagem homossexual, baseada totalmente no amor romântico, na mesma linha de campanhas publicitárias lançadas no Mês do Orgulho LGBTI+ que afirmam “toda forma de amor”. É importante também refletir nos impactos gerados pela centralidade dada a pauta do casamento pelo movimento LGBTI+ por muitos anos, que, por se tratar de uma pauta principalmente das pessoas gays e lésbicas, acabou por colocar em segundo plano outras demandas importantes. No entanto, apesar das indispensáveis críticas, essa foi uma conquista muito importante para o movimento, permitindo maior facilidade no acesso às uniões homossexuais perante o legalidade ofertada pelo Estado, garantindo também que estas pessoas pudessem gozar dos direitos oriundos do casamento civil.

Outra conquista importante no âmbito da justiça diz respeito a retificação do registro civil de pessoas trans e travestis. O processo por muitos anos, assim como

o casamento, exigiu que as pessoas entrassem uma ação judicial, inclusive com documentos médicos e psicológicos que comprovasse a sua transidentidade, a partir de definições do Código Internacional de Doenças (CID) e do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), ou até mesmo pela comprovação de procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero. Felizmente, em 2018 o STF julgou a favor da implementação de um fluxo administrativo, realizado diretamente nos cartórios, e que levasse em consideração a auto identificação dos sujeitos trans, através do Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275.

A pessoa transgênero que comprove sua identidade de gênero dissonante daquela que lhe foi designada ao nascer por autoidentificação firmada em declaração escrita desta sua vontade dispõe do direito fundamental subjetivo à alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil pela via administrativa ou judicial, independentemente de procedimento cirúrgico e laudos de terceiros, por se tratar de tema relativo ao direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade. (2018)

Essa foi uma enorme conquista para o movimento trans brasileiro, pois se trata de um reconhecimento da cidadania das pessoas trans e travestis na sua pluralidade, pois reconhece a autoidentificação como fator central da identidade. No entanto, apesar da facilitação imposta pelo processo via administrativa, a retificação ainda exige um número elevado de documentos legais, que podem se mostrar como desafio neste acesso, principalmente pelas dificuldades impostas pela baixa escolaridade desta população, ou até mesmo pela inexistência de recursos materiais para a obtenção destes documentos.

Em relação à rede de serviços da Justiça que atende a população LGBTI+, destacamos aqui a Defensoria Pública do Estado (DPE) que atua na assessoria jurídica de sujeitos em vulnerabilidade social ou que tenham direitos fundamentais violados. A DPE do Rio Grande do Sul conta com um Núcleo de Defesa dos Direitos (NDDH) que move ações relativas aos direitos humanos, entre eles a defesa dos direitos das pessoas dissidentes sexuais e de gênero. Até a aprovação ADI 4275, a defensoria agia como principal instituição nas ações de retificação dos registros de pessoas trans via judicial. O Ministério Público do Rio Grande do Sul também atua na garantia e afirmação dos direitos humanos, sendo um dos principais parceiros do Nuances durante a década de 1990, como Célio Golin afirma em entrevista: "nesta década, de noventa, o Ministério Público Estadual era extremamente parceiro da gente"

Fica evidente também, que o STF brasileiro foi essencial na ampliação dos direitos da população LGBTI+, que frente a negligência dos Poderes Executivo e Legislativo, profundamente influenciados pelo conservadorismo, atua baseado nos preceitos da legalidade de forma a garantir os direitos civis e sociais desta população.

4.2 Saúde: atenção especializada à população LGBTI+

Como já discutido anteriormente, no Brasil a população LGBTI+ teve acesso à cidadania não através dos direitos humanos, mas através da saúde, no lugar do doente e da vítima, devido às políticas de enfrentamento e prevenção à epidemia da AIDS a partir da década de 1980. Portanto, a saúde sempre teve um papel quase que central na vida dos sujeitos LGBTI+, seja na perspectiva violenta da patologização das dissidências sexuais e de gênero, seja nas demandas por saúde, inicialmente como resposta ao HIV/AIDS, e posteriormente por serviços políticos e serviços que contemplassem as particularidades desta população. A partir da aprovação da Lei nº 8.080 de 1990, que implementa o Sistema Único de Saúde (SUS), o acesso à saúde no Brasil passou a ser um direito de todos ser humano, e sua concepção passou a ser considerada a partir de determinantes sociais (BRASIL, 1990). Dessa forma, as questões referentes a gênero e sexualidade começaram a ser visualizadas nas políticas públicas pela primeira vez na ótica do acesso aos direitos, e não através dos estigmas sociais das décadas anteriores, podendo também pensar nas particularidades vivenciadas por esse segmento, como afirmam Ferreira e Aginsky.

Sob essa perspectiva, a compreensão sobre o processo saúde-doença não se centra na concepção da saúde como ausência de doença, mas como práxis, considerando os determinantes sociais, políticos, econômicos, históricos e culturais. Essa leitura nos desafia a enfrentar as iniquidades em saúde, considerando as suas particularidades e especificidades às condições de saúde de grupos e pessoas. (2018, p. 434)

Durante a década seguinte foram conquistados diversos direitos no âmbito da saúde, como despatologização da homossexualidade pela Organização Mundial de Saúde em 1991, o reconhecimento do nome social no SUS a partir de 2009, implementado através da Portaria 1820/09 do Ministério da Saúde.

Em dezembro de 2011, ainda no Governo Dilma, é aprovada a Portaria nº 2.836, que institui a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT), buscando ampliar e qualificar o acesso dessas pessoas aos serviços de saúde pública (BRASIL, 2011). Essa política busca garantir o acesso da população LGBTI+ aos serviços já existentes de saúde, promovendo a qualificação dos profissionais para o atendimento desse público, assim como propõe a implementação de novas estratégias de atenção em saúde, que visualizem as particularidades experienciadas por estas pessoas. O documento reforça os princípios do SUS (BRASIL, 1990). No que diz respeito a políticas de saúde específicas para o cuidado e promoção da saúde da população trans, em 2002 o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou a Resolução nº 1.652 de 2002, que define os parâmetros para a realização do processo transexualizador. O documento traz uma perspectiva bastante patologizante da experiência trans, elegendo critérios para a identificação do “transexualismo” nos sujeitos. Felizmente, o CFM, por meio da compreensão mais ampliada das identidades trans e das demandas do próprio movimento, atualiza duas vezes o documento, em 2010 e 2019. Apesar da Resolução CFM nº 1.955/2010 não apresentar grandes avanços referente a patologização dos sujeitos, a Resolução CFM nº 2.265/2019 já apresenta um entendimento muito mais sensibilizado sobre o tema, afirmando que as transidentidades são autoidentificadas, e considerando a pluralidade destas identidades. Também alinhada a PSNI-LGBT, documento reforça a atenção integral à saúde da população trans para além dos processos cirúrgicos e de terapia hormonal, mas inclusive no acompanhamento das famílias da pessoa trans assistida. Além disso, há o reconhecimento das infâncias e adolescências trans, autorizando o acompanhamento destes, inclusive com o uso de bloqueadores hormonais a nível de estudo.

Na realidade do município de Porto Alegre, também dispomos de uma Política Estadual de Saúde Integral LGBT (PESI-LGBT), implementada pela Portaria Secretaria Estadual de Saúde (SES) nº 343/2014, no entanto as ações da Secretaria Estadual de Saúde não tiveram especial atenção na gestão.

Começa essa movimentação em 2013 com o comitê técnico da saúde LGBT do estado e em 2014 se consegue então fazer a escrita, publicação e aí sai a Política Estadual. Esse trabalho na época tinha sido feito por consultor [...] e o produto dele era a criação da política de saúde LGBT. Terminou o produto dele, entregou, encerrou o vínculo. Aí a política fica com duas colegas servidoras [...] No final de 2014 as duas colegas pediram remoção para trabalhar em outros setores da secretaria. [...] Então tinha

política mas não tinha pessoas para trabalhar na execução dela. Isso se estendeu ali de dezembro [de 2014], janeiro de 2015 até novembro [de 2015] quando a direção do departamento me convida pra assumir a política. (Entrevista com representante do governo estadual)

Apesar da construção de políticas para a população LGBTI+, ainda há muito para se avançar no que diz respeito à sua execução. Na situação relatada pelo entrevistado, a gestão do estado permitiu que a política recém criada ficasse desassistida por quase um ano, situação que sem dúvida pausou possíveis avanços no Rio Grande do Sul. Ainda sim, ele refere que o Rio Grande do Sul era avançado em relação a outros estados

Não eram todos os estados que tinham uma área específica para trabalhar a saúde LGBT. Né? Então nesses termos eu acho que a secretaria acabou se organizando de uma forma boa, mesmo com as limitações que existem. (Entrevista com representante do governo estadual)

Ainda referente a atuação da SES, o servidor entrevistado traz os principais avanços nos primeiros anos implementação da PESI-LGBT

Olha eu acho que o principal foi ter conseguido colocar a pauta LGBT dentro do Plano Estadual de Saúde. Assim de forma explícita pela primeira vez. Foi no plano estadual que pegou o período de 2016 a 2019. (Entrevista com representante do governo estadual)

Essa de fato se caracteriza como uma importante conquista, considerando que desde o ano de 2014, o Rio Grande do Sul tem representações de partidos políticos mais próximos à direita conservadora. Simultaneamente a isso processo também se iniciava em nível nacional um avanço brutal do conservadorismo, tendo como estopim o golpe realizado a partir do Impeachment da Presidenta Dilma (PT), seguido por seis anos de representações no Poder Executivo Federal que agiram ativamente no cerceamento dos direitos das pessoas LGBTI+, primeiramente com Temer (MDB), seguido pelos duros anos de gestão de Bolsonaro (eleito enquanto filiado ao PSL).

No que se trata ao trabalho realizado por áreas especializadas na política LGBTI+, primeiramente é necessário buscar visibilidade e reconhecimento, inclusive dentro das instituições estatais

Conseguir fazer com que a pauta [da saúde LGBTI] circulasse no departamento [de equidade], que as outras áreas tivessem conhecimento. Então assim foi muito um trabalho de sensibilização interna, de articulação interna. (Entrevista com representante do governo estadual)

Ele também destaca a importância da realização de capacitações de servidores e profissionais da saúde, que dispunham de poucos recursos para a assistência em saúde da população LGBTI+.

Atualmente a rede de atenção à população LGBTI+ de Porto Alegre conta com alguns serviços especializados. Entre eles, os Ambulatórios T do Centro e da Zona Sul, criados por iniciativa da prefeitura municipal, oferecem atendimento especializado à população trans da capital, contando com uma equipe multiprofissional e tendo ampliado significativamente o seu atendimento desde a inauguração em 2019. O município também conta com o Ambulatório de Identidade de Gênero (AMIG), serviço ofertado por iniciativa dos trabalhadores do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), inaugurado em 2021. É essencial ressaltar que esses serviços foram planejados e implementados a partir de iniciativa de pessoas LGBTI+ que já atuavam no serviço público de saúde do município, e que eles foram criados e ampliados através de muito tensionamento com o Estado, em parceria constante com os movimentos sociais da cidade. Os serviços ambulatoriais buscam atuar numa perspectiva humanizadora, baseada na atenção integral aos sujeitos, de forma a reduzir as reproduções de violência que muitas vezes ocorrem nos serviços de saúde. Ressaltamos que esses serviços foram todos implementados a partir de 2017 no município, que antes só contava com um serviço especializado

[De 2015 a 2016] era um tempo que no máximo teria o hospital de clínicas como referência [especificamente o Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero] e um ou dois projetos iniciando, mas não era algo que estivesse estabelecido na rede. (Entrevista com representante do governo estadual)

O Programa de Transdisciplinar de Identidade de Gênero (PROTIG), que funciona no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), é o único serviço do estado de referência para a realização de procedimentos cirúrgicos do processo transexualizador. Fundado em 1998, o PROTIG é um serviço bastante cobiçado pela população trans, gerando um grande fila de espera para atendimento e realização de procedimentos, que atualmente chega a cerca de 7 anos. Essa característica explicita a grande negligência do Estado Brasileiro em relação a serviços hospitalares especializados no processo transexualizador. Além disso, apesar da grande importância que o PROTIG teve no avanço das políticas de saúde LGBTI+, ele também tem agregado a si uma fama de serviço que reproduz estereótipos em relação às identidades trans, se pretendo as noções de “caixinhas” do que é ser

homem ou mulher trans, e dessa forma, por vezes reproduzindo violências contra essas pessoas.

A cidade também vem vivendo um movimento contraditório em relação aos serviços de saúde especializados. Simultaneamente a ampliação de acesso à saúde, sobretudo da população trans, tem ocorrido uma transferência de responsabilidade acerca da assistência prestada, pois há um entendimento de alguns outros serviços do município que os Ambulatórios T devem ser o lugar exclusivo de atendimento deste segmento, de forma que outras demandas de saúde não tem tido resposta na Rede de Atenção Primária em Saúde.

Acho que a principal lacuna hoje é em relação à atenção à saúde pras pessoas trans, que é quem vai necessitar assim de cuidados mais especializados, por equipe multiprofissional e aí então a gente vai ter uma escassez de serviços frente a uma demanda crescente porque as as pessoas vão sabendo do do seu direito à saúde, vão atrás disso, com toda razão A rede nem sempre dá conta então a gente aí vai ter um problema para além do acesso. Boa parte desse cuidado, desse atendimento, poderia ser feito na atenção primária. Acaba não sendo feito porque muita gente não se sente preparada, não se sente apta ou tem situações que vai ser por preconceito e discriminação mesmo. (Entrevista com representante do governo estadual)

Isso demonstra a necessidade emergente de sensibilização e capacitação dos profissionais destes serviços, que tem sistematicamente se ausentado da responsabilidade com os usuários do SUS. É urgente o fortalecimento das políticas de equidade na saúde de forma que a população LGBTI+ esse direito, sem a necessidade de recorrer aos serviços de referência, que se encontram sobrecarregados devido a esse processo.

4.3 Segurança: criminalização da violência e aprisionamento LGBTI+

Foi por diversas vezes evidenciado neste texto o longo histórico da relação das pessoas LGBTI+ e das forças de segurança pública. Esse histórico marcado por discriminação e sistemáticas violações de direitos tem impactos ainda nos dias atuais. Recentemente no Brasil se iniciou um processo de reflexão e problematização acerca do encarceramento de pessoas LGBTI+, buscando entender as particularidades deste segmento populacional nas instituições penitenciárias. O aprisionamento de sujeitos LGBTI+ data da mesma época da criação das primeiras prisões, mesmo que esse fenômeno não tenha sido

reconhecido. No Brasil, a primeira legislação que versa sobre a população LGBTI privada de liberdade foi publicada em 2014 (FERREIRA, 2019), portanto, esse reconhecimento se deu há menos de uma década. O aprisionamento destes sujeitos levanta questionamentos referente aos estereótipos culturais sexuais e de gênero, que são percebidos de forma particular em privação de liberdade

Como homossexuais, há um enorme problema em termos de segurança na prisão por termos que lidar com a ideia de que somos alvo de uma cultura hipermasculina, e muito dessa cultura existe na prisão. Passar por isso loucura para as pessoas que representam o gênero de um jeito diferente. E as pessoas trans na prisão? Isso é um grande problema a se destacar. (Benjamin Putnam em "Gays in prison" apud FERREIRA, 2018, p.25)

Segundo Nota Técnica nº 9/2020 DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ, as penitenciárias brasileiras contavam com 10.161 pessoas LGBTI+ privadas de liberdade. Considerando o alto risco em que estas pessoas estão em expostas nestes espaços, diversas penitenciárias instauraram a cultura de alas específicas à população LGBTI (Ferreira et al, 2018), como estratégia de garantia da segurança destes, de forma que não sofram dos outros presos violências físicas, psicológicas, morais ou sexuais. A Resolução Conjunta n 1/2014 CNCD/LGBT e CNPCP estabelece parâmetros para o tratamento de pessoas LGBTI+ privadas de liberdade, reforça esse cuidado, orientando a criação de espaços específicos em penitenciárias masculinas.

Art. 3º Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos.

Sobre o sistema prisional na cidade de Porto Alegre, Ferreira e Garcez (2018) relatam que desde 2012, a Cadeia Pública de Porto Alegre, popularmente chamado de Presídio Central, conta com uma ala específica para gays, travestis e seus companheiros: a Galeria Terceira do H, também apelidado de Galeria das travestis e seus maridos, sendo considerada a primeira iniciativa direcionada a LGBTI+ privados de liberdade no Rio Grande do Sul. Em uma relação contraditória, enquanto a ação tem aparente intenção de preservação dos sujeitos LGBTI+, a sua separação dos outros presos também pode ter outros significados simbólicos a partir da segregação das pessoas com sexualidade desviante. Também é importante pensar que nos espaços prisionais, diversos direitos humanos são sistematicamente violados, e essa realidade não deixa de afetar a população LGBTI+.

Além disso, no Concurso Público nº 01/2022, da Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul (SUSEPE), inseriu em seu edital ações afirmativas para pessoas trans e travestis, através do sistema de reserva de vagas. Esse fato torna ainda mais urgente o aprofundamento da discussão das relações sexuais e de gênero dentro das prisões, que passaram a afetar não somente as pessoas privadas de liberdade, mas os próprios trabalhadores do penitenciárias.

Já numa posição oposta ao encarceramento da população LGBTI+, está a questão da criminalização da LGBTfobia. Demanda de anos dos movimentos sociais, que buscavam formas de responsabilização a partir das violências sofridas, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 (ADO 26) passa a considerar as condutas homofóbicas e transfóbicas, equiparando estas a Lei do Racismo. Apesar de grande parcela da população LGBTI+ ter considerado um grande avanço, e a decisão ser amplamente comemorada, ela não está isenta de problemáticas, pelo contrário, deve ser analiticamente criticada.

Como primeiro aspecto falho, destaco a equiparação da violência contra pessoas LGBTI+ ao racismo. Apesar de ambas se caracterizam como atos violentos e discriminatórios, racismo e do heteroterrorismo (BENTO, 2011) são fundados a partir de processos históricos completamente distintos, não podendo estes ser comparados. Enquanto o racismo tem sua gênese a partir de pseudo justificativas científicas para legitimar a escravização e exploração da força de trabalho de pessoas pretas, o discriminação contra pessoas LGBTI+ está profundamente vinculada a preceitos da religião judaico-cristã, que numa posição de poder que exerce na sociedade, difunde a ideia pecado a partir do sodomismo.

O segundo aspecto a ser criticado se trata da reprodução da lógica punitivista e imediatista, muito presente na sociedade capitalista, enquanto não se investem em estratégias de prevenção e promoção. Ao invés da abertura de um processo criminal contra um sujeito que declara ofensas a um sujeito LGBTI+, entendo que há muito mais potencial de transformação social na implementação de políticas prevenção e promoção, que proponham espaços de discussão qualificada acerca da temática de gênero e sexualidade, desde a infância, de forma a prevenir a ocorrência de violências contra essa população. Também entendo que ao priorizar a punição sobre atividades educativas, damos força aos segmentos mais conservadores da

sociedade, que constantemente atacam iniciativas que propõem a discussão da temática.

4.4 Assistência social: acolhimento e combate à insegurança alimentar

A assistência social é uma das políticas sociais mais importantes do Brasil, fazendo parte do tripé da seguridade social, junto a Política de Saúde e a Política de Previdência. Garantida na Constituição de 1988, a política se propõe a garantir acesso a recursos materiais, de forma não contributiva, a população que até então não dispunha desses recursos. Implementada em 1993 a partir da Lei nº 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), essa política tem por objetivo principal a promoção da proteção social, buscando diminuir as desigualdades sociais e econômicas da sociedade brasileira. A Assistência, atualmente, é a principal política na garantia dos direitos sociais dos brasileiros. É através dela que são implementados os programas de redistribuição de renda, como é o caso do Programa Bolsa Família, criado em 2004 durante o primeiro mandato do Governo Lula.

Entretanto, é também a partir da década de 1990 que se dá a forte do neoliberalismo no Brasil, que inicia o processo de corrosão das recém criadas políticas de seguridade social, principalmente por meio da terceirização de serviços públicos. A política de Assistência Social, foi sem dúvida, a mais afetada pelas terceirizações dos serviços, gerando atualmente, que praticamente toda a rede socioassistencial de Porto Alegre, esteja sob gestão do terceiro setor. Esse movimento formou na assistência social brasileira uma lógica de seletividade e focalização, atuando basicamente no enfrentamento da pobreza.

Apesar de não mencionar diretamente a população LGBTI+ em suas normativas, a Assistência Social também não conta com nenhum critério que exclui o seu acesso (BRITO, 2019). Entretanto, a Política de assistência é, sem dúvida, uma das que conta com menor número de legislações que versam sobre os direitos da população LGBTI+. A Resolução Conjunta CNAS e CNCD/LGBTI nº 1, publicada no ano de 2018 o “estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social – SUAS”, e se trata do único documento normativo direcionado ao atendimento da população LGBTI+ na Assistência Social. Além disso, a Resolução foi pouco

disseminada entre os trabalhadores do SUAS, de forma que os parâmetros estabelecidos nele são constantemente desrespeitados.

No período de pouco mais de dois anos em que realizei estágio na Fundação de Proteção Especial (FPE), instituição de acolhimento institucional do estado do Rio Grande do Sul que presta atendimento complementar aos municípios, onde pude perceber por diversas vezes atos discriminatórios com adolescentes LGBTI+. Para além de falas de cunho preconceituoso dos trabalhadores, e o desrespeito ao nome social, vi a construção de encaminhamento que iriam diretamente de encontro aos preceitos garantidos Resolução, criação de ambientes segregados a pessoas trans, como banheiros e dormitórios específicos, se baseando no falso argumento de proteção dos sujeitos. A partir disso fica evidente também o completo desconhecimento acerca das legislações que garantem os direitos da população LGBTI+ no Brasil pelos profissionais, inclusive de nível superior, além do descaso da instituição em propor atividades que tenham a finalidade de qualificação dos seus trabalhadores.

Ressalto, que apesar da quase inexistência de normativas acerca de pessoas LGBTI+ na Assistência Social, existe, entretanto, a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP - SUAS), que objetiva

[..] uma resposta às demandas por qualificação do provimento dos serviços socioassistenciais, da gestão e do controle social do SUAS, não apenas representativa dos anseios do conjunto de sujeitos envolvidos na construção desse Sistema, mas também de um ousado e arrojado modo de se conceber e fazer a formação de pessoas para e pelo trabalho, visando à emancipação dos trabalhadores e dos usuários do Sistema. (BRASIL, 2013)

Portanto, entende-se como urgente a implementação de fato de espaços de educação permanente na Política de Assistência, objetivando a emergente qualificação dos dos trabalhadores do SUAS acerca das dissidências sexuais e de gênero.

4.5 Educação: formação em direitos humanos, gênero e sexualidade

Neste sentido também, que se faz essencial a ampliação da educação em direitos humanos, com enfoque em gênero e sexualidade. Entretanto, esse é uma pauta de extrema polêmica, servindo inclusive de carro chefe das campanhas políticas de Bolsonaro em 2018, através da falácia do Kit Gay, que segundo os

conservadores, prometia o ensino de sexo e ideologia de gênero para crianças na educação escolar. De fato, se faz sim necessária a discussão acerca de gênero e sexualidade nas escolas, de forma a prevenir a exposição à riscos de crianças e adolescentes. Essa discussão tem que ser trabalhada de forma ampliada e interseccional, abordando sim as dissidências sexuais e de gênero, mas não esquecendo das discussões acerca da saúde sexual e dos movimentos feministas.

Nesta mesma linha, não podem ser deixados de lado aqueles trabalhadores que já não acessam espaços formais de educação, considerando que "muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais" (MÉSZÁROS, 2008, p. 53). Fernandes, afirma que a educação permanente desempenha um importantíssimo papel no âmbito das políticas públicas, por se tratar de

[...] um processo permanente e difuso em toda a vida social; portanto, possui um papel central a desempenhar, como, por exemplo, no âmbito da consolidação dos direitos sociais e da cidadania, por meio das políticas de proteção social. (2016, p. 93).

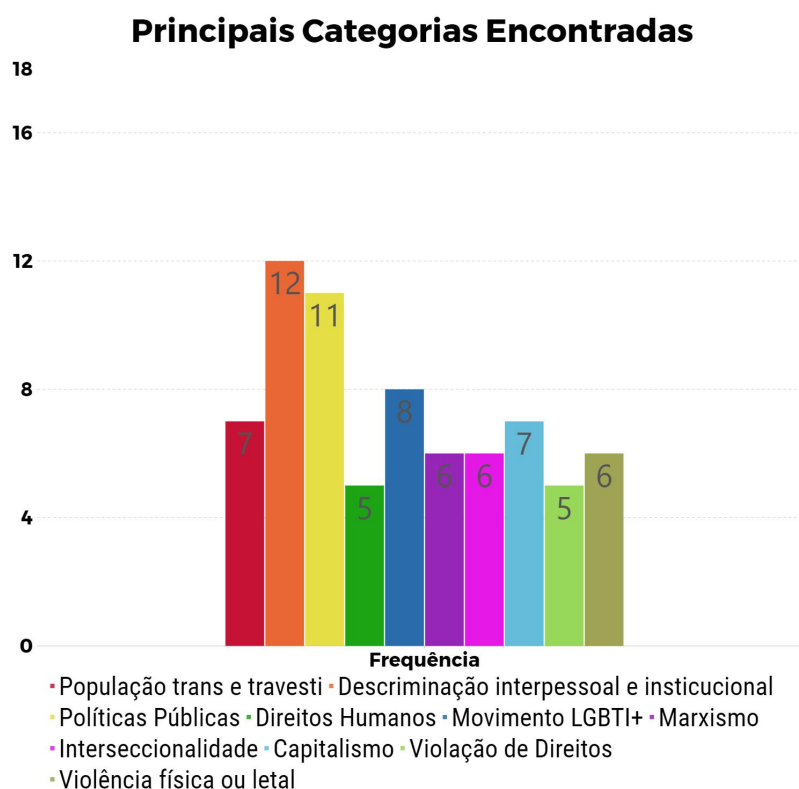
É nesta perspectiva, que os movimentos sociais vêm há mais de 20 anos investindo na promoção de atividades educativas que abordam as particularidades da população LGBTI+. Ao exemplo da ONG Somos e do CRDH da UFRGS, os coletivos desenvolvem diversas atividades formativas na rede de serviços públicos de Porto Alegre, tanto em serviços socioassistenciais e de saúde, como em escolas da rede pública de educação. Através destas ações, se propõe a ampliação de espaços seguros a sujeitos LGBTI+, urgentes para a garantia do acesso aos direitos, sobretudo nas escolas, considerando que é, comumente, na infância e na adolescência que começam a emergir as primeiras questões relacionadas a autoidentificação do gênero e da sexualidade dos sujeitos.

4. 6 Serviço social na afirmação dos direitos LGBTI+

Com o intuito de compreender o que o serviço social tem produzido cientificamente acerca da temática das dissidências sexuais e de gênero, foi realizada uma busca por teses e dissertações que abordassem o assunto como tema central das monografias. Ao todo, foram encontradas dezenove publicações entre dissertações e teses, entretanto, uma não possibilita o livre acesso ao

trabalho. Entre os dezoito restantes, todos datam do ano de 2014 a 2021, levantando duas hipóteses: a chegada recente desta discussão dentro dos programas de pós-graduação em serviço social, ou a não publicação e inserção de trabalhos dos anos anteriores no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Das 18 publicações, a maioria delas abordava a temática LGBTI+ associada a discriminação e às políticas públicas. Também apareceram com frequências as seguintes temáticas: trans e travestis; violência física ou letal, direitos humanos; movimentos LGBTI+; marxismo; capitalismo; interseccionalidade; e violação de direitos, como demonstrado na tabela a seguir

Gráfico 1: Frequência das categorias encontradas a partir da análise bibliográfica



Fonte: Autoria própria.

Quando a discriminação é abordada, ela aparece de duas formas: a discriminação interpessoal, ou seja, aquela realizada por sujeitos contra indivíduos LGBTI+; e a discriminação institucional, aquela realizada por instituições e organizações públicas e privadas contra pessoas LGBTI+. Nesse sentido, destaca-se que a discriminação institucional se faz muito mais presente nos trabalhos, sobretudo quando se fala do acesso a serviços públicos e de garantia de

direitos. Essa realidade demonstra como as pessoas LGBTI+ são negligenciadas pelos serviços públicos no Brasil, sendo necessária a construção de espaços especializados com profissionais qualificados para atender esta população, sobretudo a de pessoas trans, principal alvo de ataques.

No que diz respeito às políticas públicas, algumas delas se destacam: Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Educação. Quando a política de saúde é a temática das publicações, os trabalhos abordam principalmente a Política Nacional de Saúde Integral LGBT ou processo transexualizador no SUS, se debruçando sobre a análise de sua construção e implementação nos serviços de saúde pública.

Quando a Política de Segurança é discutida, ela apresenta duas perspectivas. A primeira delas trata acerca da criminalização e encarceramento da população LGBTI+, seja no retorno ao período ditatorial brasileiro (1964 - 1985), quando os LGBTI+ eram recolhidos das ruas arbitrariamente pelas forças políticas, seja na análise mais atual das políticas penitenciárias para LGBTI+ e a condição em que estas vivem no cárcere. Já a segunda perspectiva aborda principalmente a recente criminalização de condutas homofóbicas e transfóbicas no Brasil, através da equiparação deste ao racismo, na lei que leva o mesmo nome. No caso da Política de Educação, os trabalhos focam principalmente no acesso e na permanência das pessoas LGBTI+ em instituições de ensino, com ênfase na população trans.

No caso da categoria relacionada às populações trans e travesti, se caracteriza como a mais plural, sendo associada, como mencionado, ao acesso e permanência relacionados ao trabalho e a educação formal, as políticas de saúde especializadas neste segmento, a violência e a interseccionalidade. No caso desta última, buscamos fazer uma análise ampliada, de como os marcadores sociais da diferença (PISCITELLI, 2008) se relacionam e quais os impactos a partir desta articulação. Já a categoria de Violência, vai tratar acerca dos crimes violentos e letais contra indivíduos LGBTI+ e as possíveis respostas a essa problemática.

Quando abordado o marxismo como categoria nas teses e dissertações, o fato se dá na proposta de uma reflexão das dissidências sexuais e de gênero a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético. Na mesma linha, as que abordam o categoria capitalismo, buscam problematizar os seus impactos das relações sexuais e de gênero. Quando os direitos humanos e as violações de direito são abordadas, aparentam fazer reflexões mais generalistas acerca da experiência social da população LGBTI+ no Brasil e no mundo. No caso da categoria

Movimentos Sociais LGBTI+, são feitas no geral reflexões a partir das construções regionais de movimentos sociais (como também proposto neste trabalho) ou que abordam a relevância das lutas das pessoas dissidentes sexuais e de gênero nas conquistas de direitos civis, políticos e sociais.

Além destas, também surgiram com menor incidência as seguintes categorias: trabalho sexual, sobretudo relacionado a travestis; Projeto Ético Político do Serviço Social, em consonância com a demanda de direitos da população LGBTI+; Família, enquanto instituição central nas políticas públicas; religião judaico-cristã, e sua influência na construção da cultura cisheteroterrorista; 3 trabalho do/da assistente social com a população LGBTI+.

Chama atenção o fato de apenas duas das dezoito publicações acessadas tem o Projeto Ético Político da Profissão como uma das temáticas centrais. É possível que isso se dê pela dificuldade da categoria de associar a discussão das dissidências sexuais e de gênero aos referenciais do serviço social. Enquanto a categoria da classe é central nas análises marxistas, o gênero (quando tratado de forma binária) tem grande relevância nas discussões da divisão sexual do trabalho e das famílias como central nas políticas públicas e as relações de raça como parte constituinte do Estado Brasileiro desde sua fundação, a discussão da diversidade sexual e de gênero acaba sendo tratada muitas vezes como secundárias, uma pauta somente identitária do pós-estruturalismo, não sendo relevante o suficiente para a superação da exploração capitalista. Também só há uma publicação que vai ter como centralidade reflexão do trabalho do/da assistente social no atendimento direto à população LGBTI+.

Por fim, acho importante destacar que do universo de trabalho localizados, apenas dois deles são oriundos de Programa de Pós-Graduação de um Instituição de Ensino Privado, explicitando o papel fundamental da educação superior pública na produção de conhecimento científico do serviço social, fato que vai de encontro direto ao processo de mercantilização da educação, sobretudo com o crescimento exponencial de oferta de graduação em serviço social na modalidade de Ensino a Distância (EAD), e da recente corrosão que vem sofrendo os programas de graduação na área. Os achados demonstram como é plural o campo das dissidências sexuais e de gênero, na medida em que foi encontrado um número elevado de categorias, em um número relativamente pequeno. Isso também

demonstra a preocupação de tratar acerca da população embasada na dialética materialista-histórica, de forma a se aprofundar na raiz das questões abordadas.

Para além da produção acadêmica, as entidades representativas da profissão, tendo como exemplo o CFESS, também vem atuando no combate a discriminação contra pessoas LGBTI+ através de publicações profissionais. No âmbito legal o conselho aprovou em 2006 a Resolução nº 489 que dispõe acerca das deveres da categoria na luta contra a “opressão sexual” e em 2018 a Resolução nº 845, que determina parâmetros para atuação de assistentes sociais no processo transexualizador no SUS. Já em 2011 e 2016 são aprovadas as Resoluções nº 615 e 785 que dispõe acerca da inclusão do nome social das pessoas trans nas carteiras profissionais emitidas pelo Conselho. Essa é um importante conquista da classe, pois estas resoluções reconhecem que a categoria de assistentes sociais também é formada por pessoas trans e travestis, não sendo estas apenas usuários atendidos no trabalho profissional.

A partir de 2007 o conselho também iniciou a produção de materiais informativos acerca da população LGBTI+ e as formas de opressão que esta enfrenta no contexto capitalista brasileiro, reforçando o combate ao cisheteroterrorismo como uma das bandeiras de luta do serviço social. Entre estas publicações temos diversas edições da série CFESS Manifesta¹⁴, que abordam as mais diversas particularidades vividas pelas pessoas LGBTI+ e a sua relação com o serviço social.

Figura 2: Capa do CFESS Manifesta de 11 e 12 de junho de 2015

¹⁴ Para informações sobre os materiais acessar: <http://www.cfess.org.br/>



Fonte: CFESS. Disponível em:

<<http://www.cfess.org.br/arquivos/2015-CfessManifesta-SeminarioTrans.pdf>>. Acesso em: 7 mai. 2023.

Neste sentido, é importante entendermos que as pessoas LGBTQBT+ frequentam e acessam os mais diversos espaços sócio-ocupacionais de diferentes políticas públicas. Apesar de muitas vezes priorizarem a busca por serviços de atendimento especializados, esta população necessita e deve acessar os serviços públicos da rede de proteção social, de inúmeras políticas. Portanto, neste segmento, faremos uma reflexão acerca das experiências do trabalho do serviço social no atendimento da população LGBTQBT+ em serviços de referência, como o CRDH UFRGS, mas também em serviços da Política de Assistência Social, tendo como referência os Núcleos de Abrigos Residenciais (NAR) Leste e Centro da FPE. Além disso, faz-se necessário pensar o significado desta temática dentro do serviço social, e como ela é trabalhada na abordagem materialista histórica referenciada em Marx.

O serviço social, como profissão politicamente comprometida com a transformação da sociedade, buscando findar com toda e qualquer forma de

opressão, tem também o compromisso de se aliar à luta das pessoas LGBTI+ pela construção e ampliação dos direitos já conquistados. Quando avaliamos de forma mais teórica como o serviço social entende as expressões da questão social nas análises marxistas de autores clássicos da categoria, todas estas apontam que sua origem se deu com o advento capitalista. A exemplo, Yamamoto alega que

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades sociais, engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho [...] (2001, p. 16-17)

Já José Paulo Netto, trata as expressões da questão social como indissociáveis da dinâmica capitalista.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a "questão social" - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da "questão social"; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitório do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A "questão social" é constitutiva do desenvolvimento do capital. (2001, p. 45)

Dessa forma, se pensarmos as expressões de desigualdade oriundas da raça, do gênero e da sexualidade, estas não são originadas da contradição entre capital trabalho. Portanto, se analisadas de forma imediata e aparente, pode-se entender que as pautas identitárias, como as da luta antirracista, as feminista e das pessoas LGBTI+, são menores, secundárias ou menos importantes, em relação as pautas classistas, pois não necessariamente buscam eliminar a exploração do capital e, portanto, não precisam ser tratadas como prioridades no rol de demandas sociais, sempre sendo priorizada a luta de classes, independente de outros aspectos sociais que aliados a exploração por parte da burguesia, acabam por aprofundar as desigualdade. No entanto, essa análise não vai ao encontro da que é defendida por Marx.

Se Marx trabalhou com o conceito de totalidade concreta, assumindo que o sujeito real é composto pelas condições objetivas que tem para viver, então as potenciais interpretações das suas possibilidades teóricas não excluem certo entendimento de que ele concordaria com análises sobre gênero e raça e sobre como o capitalismo se apropria da força de trabalho de populações específicas produzindo hierarquias. Mas Marx não fez essas análises, isso é verdade. Como também as teóricas queer frequentemente não fazem análise do funcionamento do modo de produção capitalista, sem deixar de admitir, no entanto, que é uma dimensão a ser avaliada. Assumir que essas lacunas implicam negar determinações é um erro. (FERREIRA, 2020, p. 163)

Além disso, por ser constantemente interpretada como uma teoria pós estruturalista, por não ter a dimensão da classe como central em suas análises e por tratar de questões subjetivas, os estudos queer, que buscam explicar as dinâmicas que envolvem o gênero e a sexualidade para além da lógica binária, sofrem rechaço pelo marxismo brasileiro, a partir de uma interpretação vulgar da teoria marxiana.

O pensamento marxista brasileiro não é único, tal como não são uníssonas as leituras feitas da obra original de Karl Marx, o que é conhecido como teoria marxiana. Mesmo assim, é possível admitir que o marxismo no Brasil herda, de modo geral, um certo economicismo ainda difícil de ser superado, expressado, em muitos casos, na desvalorização marxista em relação às pautas chamadas identitárias, como as das mulheres, das pessoas negras, de homossexuais e transexuais etc (FERREIRA, 2020, p. 151)

No entanto, as questões referentes às desigualdades de gênero e de raça já tem discussões bastante concretizadas no âmbito profissional do serviço social, enquanto a discussão acerca das dissidências sexuais e de gênero se apresenta mais recente entre os profissionais, que ainda se encontram num processo de apropriação desse tema. Além disso, é preciso reconhecer a influência que as religiões judaico cristãs exerceram - e ainda exercem - historicamente na profissão, sendo estas, importantes responsáveis na construção cultural que legitima a discriminação contra gêneros e sexualidades dissidentes.

De forma a superar essa lacuna, Código de Ética Profissional do/das Assistente Social (CEP) evidencia o compromisso da categoria em relação ao trabalho dos movimentos sociais e nas lutas por justiça social, inclusive no combate às desigualdades oriundas do gênero e da sexualidade

II. Defesa intransigente dos Direitos Humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; [...] V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [...] XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1994, p. 23-34)

Portanto, se constitui dever do assistente social a busca pelo conhecimento em relação às desigualdades produzidas a partir das dissidências sexuais e de gênero, e a criação de estratégias de combate a esse fenômeno, de forma a atender o Projeto Ético Político Profissional (PEP).

Tendo essa realidade em mente, entendo que é interessante pensar nas violências oriundas do heteroterrorismo e as resistências a essa violência como equivalente às expressões da questão social, pois apesar de sua gênese não ter se dar com advento do capitalismo, e a sua superação não ser necessariamente vinculada a superação da exploração do capital, as relações sexuais e de gênero foram severamente transformadas pela dinâmica social capitalista, e serão novamente ateradas com a sua superação, pois também exercem um papel fundamental para o capital.

Não há dúvida que o formato de família monogâmica (ENGELS, 1984), serviu e ainda serve um papel crucial na reprodução social do Capital. Na realidade do proletariado, a figura paterna, como membro responsável pelo sustento, exerce o trabalho remunerado, de forma suprir as necessidades de subsistência da família. A mãe, como indivíduo do espaço doméstico, permanece no lar para cuidar, exercendo o trabalho reprodutivo das dinâmicas do capital. As crianças, por sua vez, são preparadas para exercer o trabalho produtivo, no caso dos entendidos como homens, ou reprodutivo, no caso das entendidas como mulheres. Já no caso da burguesia, a reprodução da família tem mais um objetivo central para o capitalismo: a transmissão da propriedade privada de pai para filho.

Esse formato, que atualmente é chamado pelos conservadores do Brasil de família tradicional brasileira, necessita obrigatoriamente da imposição de uma lógica binária e cisheteronormativa, com papéis sociais fixos atribuídos a partir do sexo/gênero, de modo que nega e ataca a existência de todos os sujeitos em que nela não se encaixam, ou seja, todas as pessoas LGBTI+. Neste sentido, quando o conservador versa sobre a proteção da família em relação à ameaça da “ideologia de gênero”, o que na verdade está fazendo é defender a conservação do formato de produção e reprodução do capitalista, impondo no processo sua própria ideologia de gênero ao fixar finalidades sociais a ele. Portanto, é necessário aos profissionais assistentes sociais a compreensão da cruel articulação existente entre capital e conservadorismo no que diz respeito às dissidências sexuais e de gênero, de forma a produzir um trabalho transformador e sem reprodução de violências.

Por meio da inserção em espaços sócio-ocupacionais de trabalho do assistente social, compreendi de forma mais aprofundada uma possível práxis, que age também na garantia dos direitos das pessoas LGBTI+. Em primeiro lugar, como já mencionado, é preciso ter compreensão da complexidade que cerca o campo das

dissidências sexuais e de gênero, podendo analisá-lo de forma crítica e responsável. É preciso desvendar a ideia imediata de pauta puramente identitária, entendo que a classe trabalhadora também é composta por indivíduos LGBTI+, que para além da demanda da superação da exploração capitalista, também demandam respeito e reconhecimento (FRASER, 2006), inclusive dentro do próprio proletariado. Também é necessário compreender que as desigualdades experienciadas pelas pessoas dissidentes de gênero e sexo se articulam e aprofundam as expressões da questão social, como a fome, a situação de rua, o uso de drogas, o desemprego, etc. Também precisamos superar a noção economicista que muitas vezes envolve a categoria trabalho, e compreendê-la de forma radical, como qualquer ação humana de transformação da natureza.

Nessa perspectiva ampliada de trabalho, os esforços produzidos no campo político, cultural, ético etc. para construção de direitos sexuais e de gênero também é trabalho. As lutas sociais dos movimentos que reivindicam reconhecimento identitário em termos de gênero e sexualidade é trabalho. A produção de políticas públicas para LGBTI+ é trabalho; assim, não é preciso negar essa dimensão central da obra marxiana para conectar a teoria de Marx às lutas dos movimentos sociais da diversidade sexual e de gênero, pois vê-se assim que toda história humana está vinculada à história do trabalho na sua concepção ampliada, como sendo as ações do ser humano que transformam a realidade. (FERREIRA, 2020, p.159)

Tendo como ponto inicial esta compreensão, são necessárias a implementação de algumas estratégias. Entre elas, está a disseminação de informações acerca da temática, seja ela com colegas ou usuários. É fundamental que conhecimento acerca das particularidades da experiência de pessoas LGBTI+ seja acessado de forma qualificada, tendo como principal ferramenta deste processo atividades educativas de caráter coletivo e horizontal. Também precisamos reconhecer a existência de uma enorme lacuna na rede de serviços por parte da população LGBTI+, também aliada às fragilidades oriundas da isenção do Estado e da entrega de respostas das demandas sociais ao terceiro setor. Portanto é necessário empenho na ampliação desse não somente dos serviços mas do acesso, na rede de serviços especializados, mas principalmente nos serviços de atenção básica socioassistenciais e de saúde, pois esses se caracterizam como porta de entrada. Temos que tensionar pela transformação destes espaços em ambientes acolhedores para pessoas LGBTI+, superando a reprodução da violência pela via institucional.

Como última estratégia proposta, está a inserção dos/as próprios/as assistentes sociais nos movimentos sociais aliados ao nosso Projeto Ético Político. A inserção nestes movimentos - neste caso destaco o Movimento LGBTI+, mas sem ignorar a importância de outros - é essencial para superarmos também o falso imaginário de que o serviço social tem potencial transformativo somente através do exercício profissional. Portanto, é necessário que nos entreguemos ao trabalho, o trabalho para além da profissão, de transformação societária, não mais como meros aliados das causas sociais, mas como sujeitos ativos dos movimentos sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação em Serviço Social busca fornecer subsídios ético-políticos, teórico-metodológicos, e técnico-operativos para a inserção dos/das assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais do serviço social. É constituinte dos profissionais a atitude investigativa, concretizada no projeto de formação através da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

As minhas considerações finais em relação a esta investigação serão apresentadas em dois eixos: o primeiro deles de caráter, buscando retomar as principais reflexões acerca da temática pesquisada, considerando os desafios e potenciais dos processos de lutas LGBTI+ no Brasil, as conquistas históricas e as perspectivas futuras. O segundo eixo se refere mais ao processo subjetivo e reflexivo enquanto no lugar de pesquisador, e minhas impressões, dificuldades e descobertas ao fazer pesquisa.

Gostaria de destacar a riqueza e a pluralidade da construção dos movimentos sociais LGBTI+ brasileiros ao longo das últimas quatro décadas, cercados de contradições, avanços e retrocessos, mas sobretudo resistência. Me pergunto como esse fenômeno pode ao, ao mesmo tempo, parecer gigante e tão pequeno. No sentido não somente dos movimentos realizados em busca de direitos humanos, reconhecimento e respeito, mas também da construção de uma nova sociabilidade, que rompa com as normas sociais que cercam o gênero e a sexualidade, em momentos de forma muito particular, solitária, a partir da negação de alianças com outros segmentos, e em outros realizando articulações que considerando os marcadores sociais de diferença, como o gênero, a raça e a etnia, a classe e a sexualidade, mas que também vem realizando a intersecção com aspectos regionais, religiosos e de diversidade funcional. Pequeno no sentido da sua juventude, com menos de 50 anos de vida, mas também na possibilidade de nomear facilmente diversos atores políticos que participaram e ainda participam deste movimento social.

Não restam dúvidas quanto a importância desta pauta, mas é necessário nos mantermos afastados das armadilhas postas pelas demandas identitárias, que pode facilmente ser apropriada pela lógica da burguesia, se pensada de forma individual. É preciso focar na construção de um horizonte do Movimento Social LGBTI+ que não seja esvaziado de criticidade e compromisso com a justiça social,

com os os outros grupos discriminados, e também com a luta de classes. Apesar da superação da exploração do Capital não significar o fim da violência contra as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, estes com certeza trabalham junto para perpetuar e aprofundar as expressões de exploração vividas pelos dominados. A superação de uma lógica cultural baseada na separação e fixação dos funções sociais a partir da diferenciação do sexo/gênero e da heterossexualidade terão um significativo impacto na desestabilização das relações exploratórias em vigência atualmente. Da mesma forma, a superação do capitalismo a partir de uma sociabilidade sem qualquer forma de exploração também trará transformações nas relações sociais marcadas pelo gênero e pela sexualidade, afinal de contas, a classe trabalhadora também é formada por pessoas LGBTI+ e pessoas LGBTI+ - na sua maioria - são classe trabalhadora.

No que diz respeito às ações de menor prazo para implementação, é essencial reconhecer que ainda existem enormes lacunas nas políticas e serviços direcionados às pessoas LGBTI+. Apesar dos avanços da última década, é necessário afirmar que algumas conquistas por parte do movimento LGBTI+ mais se caracterizam como ferramentas de reprodução da sociabilidade burguesa do que de fato rompimentos com esta lógica. O casamento, enquanto união legal perante o estado, tem como finalidade a produção de famílias monogâmicas nucleares, que são base fundante do capitalismo, enquanto a criminalização da LGBTfobia se caracteriza como política meramente punitivista, esvaziada de potencial de transformação societária de fato. Portanto, entendo ser necessário um aprofundamento da discussão ideopolítica do Movimento LGBTI+, buscando a unificação, não de identidades e experiências, mas de demandas que tenham real impacto na vida dos sujeitos e que considerem a totalidade destes.

Nesse sentido, é fundamental a ampliação das políticas públicas que afetam diretamente as condições materiais da vida da população. Na saúde se faz urgente a implementação real da PNSI-LGBT, assim como reforçar os processos transexualizadores através do SUS. Na Política de Assistência é necessário avançar no debate dos impactos gerados a partir das particularidades socialmente experienciadas pelas pessoas LGBTI+, de forma a construir estratégias efetivas de afirmação de direitos e acesso à seguridade social. Na educação é necessário a transformação dos espaços escolares formais, a partir de práticas pedagógicas humanizadas, de forma a concretizar que esses espaços contribuem com o

pensamento crítico, de forma que também acolha as crianças e jovens LGBTI+, sobretudo o segmento trans, através da real inclusão da discussão acerca da diversidade sexual e de gênero, por uma abordagem interseccional, mas também através de mudanças estruturais nas instituições de ensino, de forma a não reforçar e reproduzir as violências oriundas da cisheteronormatividade. Essa mudança pode ser iniciada por meio de pequenas mudanças no funcionamento escolar, como o fim da divisão binária de banheiros, por exemplo.

Foi possível compreender no processo exploratório que, as organizações da sociedade civil, enquanto espaços institucionalizados dos movimentos sociais LGBTI+, vem realizando desenvolvendo respostas às demandas sociais dessa população em substituição ao Estado, desresponsabilizando-o em meio a este processo, da afirmação e ampliação dos direitos sociais LGBTI+. De forma que as transformações societárias propostas de fato ocorram, é preciso que o Estado retome para si a responsabilidade pela oferta de políticas sociais, historicamente transferidas aos movimentos sociais ou ao terceiro setor. Esse processo pode se dar através da responsabilidade política dos sujeitos, que possam escolher em suas representações pessoas de fato comprometidas com a diminuição da desigualdade, se utilizando do poder do voto para eleger pessoas, LGBTI+, pretas, indígenas, mulheres e pessoas com deficiências, que estejam de fato alinhadas a emancipação política.

No que se refere ao serviço social, é evidente que esta discussão tem ganhado espaço na categoria nos últimos anos, de forma a superar a dicotomia do pensamento marcado pela centralidade classe o pensamento que dá enfoque às demandas identificadas. É necessário que este movimento ganhe força, de maneira que se crie um poderoso arcabouço teórico referente ao trabalho do serviço social à população LGBTI+, no qual espero estar contribuindo. Além disso, que seja cada vez mais aprofundada a discussão que articula o pensamento marxista às teorias *queer*, buscando aliar ambas a partir da ideia de transformação societária

Reforço, novamente, o compromisso dos/das assistentes sociais com o Projeto Ético Político da Profissão na construção de uma nova sociabilidade, livre de expressões de desigualdade social e exploração. Também reforço a minha crença que este objetivo jamais será alcançado puramente através do trabalho profissional, sendo essencial a inserção direta dos/das assistentes sociais nas lutas por direitos, inseridos nos movimentos sociais alinhados ao PEP.

Adentrando os aspectos mais subjetivos, descobertos através do fazer pesquisa, destaco a minha paixão pela discussão acerca das dissidências sexuais e de gênero. No entanto, esse processo não é feito sem dificuldades e potenciais, num eterno processo contraditório inerente ao serviço social. Ao pesquisar, também me descobri muito mais alinhado às discussões dos aspectos socioculturais de produção e reprodução da sociedade, do que as análises no âmbito das políticas públicas, onde previamente entendia estar meu interesse investigativo. Também me encontrei de certa forma nas discussões acerca da categoria trabalho, como aspecto inerente à condição humana, através da compreensão também das lutas sociais como trabalho.

Finalizando, gostaria de refletir acerca do processo investigativo como um todo, cercado de animações e frustrações. Entendo que as reflexões propostas neste trabalho, é somente a ponta do *iceberg*, de uma realidade que eu antes acreditava conhecer profundamente. Portanto, não descarto a continuidade na pesquisa social - antes tida como ideia apavorante- focada nas relações sociais de gênero e sexualidade, buscando compreender a complexidade que se dão na sociabilidade humana,

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edição 70, 2016.

BARNART, Fabiano; VIANA, Frederico Machado. Repressão e controle das travestis durante a ditadura civil-militar em porto alegre (1967 - 1977). In: SCHMIDT, Benito Bisso; WEIMER, Rodrigo de Azevedo (org.). **Histórias Lesbitransviadas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tavera, 2022. p.137-162.

BENEVIDES, Bruan G. NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. **Dossiê: assassinato e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, mai.ago. 2011.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Lei das Contravenções Penais. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm#:~:text=ou%20para%20terceiro.-,Art.,quinze%20dias%20a%20três%20meses.>. Acesso em: 10 de abr. 2023.

BRASIL. **Lei 8080 de 19 de setembro de 1990**, Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm>. Acesso em: 8 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Nota Técnica nº 9/2020 DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ**. Orienta a respeito dos procedimentos quanto à custódia de pessoas LGBTI. Brasília. Disponível em: <<https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/395/225>>. Acesso em: 10 abr. 2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Resolução Conjunta CNAS e CNCD/LGBT nº 1/2018**. Estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no SUAS. Brasília.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. 1ª ed. Brasília: MDS, 2013, 57p.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 4275/DF**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>> Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADO nº 26/DF**. Relator: Ministro Celso de Mello. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754019240>> Acesso em: 9 abr. 2023.

BRITO, Helena Godoy. **Seguridade social, família e direitos LGBT**. 2019. 190 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CANAL USP. **[LGBTs no Regime Militar] - O Grupo SOMOS**: Jornal da USP. YouTube, 27 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7oNqW3WWy6w>>. Acesso em: 9 abr. 2023.

CANAL USP. **[LGBTs no Regime Militar] - A primeira passeata**: Jornal da USP. YouTube, 28 jun. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vS8qi_oDkGE&t=4s>. Acesso em: 9 abr. 2023.

CELMER, Elisa Girotti; CRUZ, Manuela Abreu Corradi. **Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande (FURG/SDH/Brasil)**. Repositório Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2012. Disponível em: https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/5243/GT8_GirottiCelmer_CorradiCruz.pdf?sequence=1 . Acesso em 14 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM n. 2.265/2019**. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM n. 1.955/2010. Brasília: CFM, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n. 290/1994 e n. 293/1994. Brasília: CFESS/ABEPSS, 1993.]

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Conselho Federal de Serviço Social, 2023**. CFESS manifesta. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta>>. Acesso em: 8 mai. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 489/2006**. Dispõe acerca do papel da categoria contra a opressão sexual. Brasília. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCFESS489_2006.pdf>. Acesso em: 7 de mai. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 615, de 8 de setembro de 2011**. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Brasília. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>>. Acesso em: 7 mai. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 845, de 26 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. Brasília. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf>>. Acesso em: 7 mai. 2023.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **AIDS, a terceira epidemia**: ensaios e tentativas. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.

ENGELS, Friederich. **A origem da Família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3 edição, 1984. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/333537/mod_resource/content/0/ENGELS_A%20origem%20da%20familia.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Campinas: Garamond, 2002.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismo em duelo. **Cadernos Pagu**. n.17/18. p. 9-79. 2002.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James N., et al. (org.) **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91 - 120.

FERNANDES, Rosa M^a Castilhos. **Educação Permanente e Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2016.

FERREIRA, Guilherme Gomes; AGUINSKY, Beatriz Gershenson; RODRIGUES, Marcelli Cipriani. Segurança pública e violência simbólica: as identidades trans entre o reconhecimento e a (in)visibilidade. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 419–433, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/8916>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

FERREIRA, Guilherme Gomes; GERSHENSON, Beatriz. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 223-232, jul.dez. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/SVpFs5LZPqBdDMxYy5zqzdf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 out. 2022.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade sexual e serviço social**: elementos de uma prática profissional para o enfrentamento à violência contra LGBT. 121f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

FERREIRA, Guilherme Gomes. “A cozinha é o coração da casa”: conversando sobre gênero e sexualidade com a equipe de uma unidade de saúde. **Textos & Contextos** Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-12, jan.-dez. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/38940/27308>. Acesso em 14 abr. 2023.

FERREIRA, Guilherme Gomes. A classe nos une e a sexualidade nos divide? A noção de sujeito no marxismo e nos movimentos queer. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**. v. 03, n. 10, abr.jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10686>> Acesso em:

FERREIRA, Guilherme Gomes. Política para tratamento penal para LGBTI+ no mundo. In: FERREIRA, Guilherme Gomes; KLEIN, Caio Cesar (org.). **Sexualidade e gênero na prisão: LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal**. Salvador: Devires, 2019. p. 24 - 48.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14-15, p. 231-239. 2006.

GOLIN, Célio. **Nuances: 25 anos de uma trajetória inconformada com a norma**. Editora Nuances, Porto Alegre, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 51.504, de 20 de maio de 2014**. Cria o Conselho Estadual de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. **Portaria SES n° 343/2014**. Institui a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde LGBT. Porto Alegre, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Superintendência de Serviços Penitenciários. **Edital e Abertura n° 01/2022**. Porto Alegre. Disponível em: <https://concursos-publicacoes.s3.amazonaws.com/650/publico/edital_abertura/edita_l_abertura_65063c17a9ba9a5f.pdf?id=6434eee9a1dec>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GREEN, James N; et al. Mesa Redonda: Somos - Grupo de Afirmação homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros movimentos homossexuais no Brasil. **Cadernos AEL**, v.10, n.18/19, 2003.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N., et al. (org.) **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 63 - 78.

GREEN, James Naylor; POLITO, Ronald. **Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. São Paulo: Editora José Olympio, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. Brasília. v. 2, n. 3. p. 9-32, jan.jun. 2001. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes. Travessia: caminhos da população trans na história. In: GREEN, James N., et al. (org.) **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 379 - 392.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MCRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “abertura”. In: GREEN, James N., et al. (org.) **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 39- 62.

MEDEIROS, Tiago Vidal. Os homossexuais cisgêneros e a cidade: sociabilidades homoeróticas em Porto Alegre. In: SCHMIDT, Benito Bisso; WEIMER, Rodrigo de Azevedo (org.). **Histórias Lesbitransviadas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tavera, 2022. p.189 - 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

NASCIMENTO, A. F. Os primeiros grupos de afirmação homossexual no Brasil contemporâneo. **Revista de história**. v. 7, n. 13, p. 62-84, jan.jun. 2015.

NECCHI, Vitor. Despejo paralisa o GAPARS. **Extra Classe**. Porto Alegre, 18 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/saude/2017/08/despejo-paralisa-o-gapars/>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

NERY, João W. Transmaculinos: invisibilidade e luta. In: GREEN, James N., et al. (org.) **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 393 - 404.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão Social”. **Revista Temporalis**, Brasília. v. 2, n. 3, p. 41-50, jan.jun. 2001. Disponível em:<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2023.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

NOVAIS, Flávia L. M.; SILVA, Diego Carrilho da; SANTOS, Helen Barbosa. Eixo de acolhimento do CRDH: grupos de vivências para pessoas trans. In: MACHADO, Frederico Viana, et al. (org.). **A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas**. Porto Alegre: Rede Unida/Nuances, 2017. p. 107 - 111.

OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na Ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James N., et al.

(org.) **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 79 - 90.

PEIXE, Alexandre; MORELLI, Fábio. "Homens do futuro": o movimento de homens trans no Brasil sob olhar de Xande Peixe. In: GREEN, James N., et al. (org.) **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 405 - 420.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul.dez. 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247/4295>>. Acesso em: 20 out. 2022.

POCAHY, Fernando (Org.). **Rompendo o silêncio**: homofobia e heterossexualidade na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007.

PORTO ALEGRE. **Lei orgânica do Município de Porto Alegre**. 2022. Disponível em: <<https://legislacao.camarapoa.rs.gov.br/lei-organica/>>. Acesso em: 7 mai. 2023.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2021.

SOBRE DIREITOS HUMANOS. **Entrevista com o Dr, Caio César Klein** - Diretor Executivo da ONG Somos. Youtube. 22 no. 2022.

SOMOS. **Somos: comunicação, saúde e sexualidade**, 2023. Nossa história. Disponível em: <<https://somos.org.br/quem-somos/#historia>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. **Educação & Realidade**, Porto Alegre. v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3038>>. Acesso em: 20 out. 2022.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A., 2018.

TV CÂMARA PORTO ALEGRE. **Jornal da Câmara (05.28.2022)**. YouTube. 7 ago. 2022.

VERAS, Elias Ferreira. Travestis: visibilidade e performatividade de gênero em tempo do farmacoponográfico. In: GREEN, James N., et al. (org.) **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 347-356

VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos de democracia. In: GREEN, James N., et al. (org.) **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 357 - 378.

APÊNDICES

Apêndice 1: TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Movimentos sociais LGBTI+ de Porto Alegre: análise das trajetórias históricas, suas emergências e lutas na interface com a rede de atendimento**. Meu nome é Guilherme Gomes Ferreira, sou pesquisador responsável por esta pesquisa e docente do Departamento de Serviço Social situado no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Neste estudo pretendemos analisar a construção do movimento organizado da população LGBTI+ no município de Porto Alegre, a fim de compreender as suas demandas históricas por direitos e as respostas oferecidas na forma de atendimento ou prestação de serviços. A pesquisa será aplicada por meio de uma entrevista presencial que será realizada em local que for conveniente a você, combinado previamente. O tempo médio da entrevista será entre 40 e 60 minutos. A entrevista só se realizará após a leitura na íntegra deste TCLE. Por isso, por favor, me avise caso você não entenda alguma coisa ou precise que eu repita. No caso de você concordar em participar, solicito que você assine esse documento no final. Você pode participar da pesquisa mesmo que não queira responder a todas as questões.

Riscos e desconfortos: O risco que a pesquisa oferece é mínimo, mas poderá causar desconforto ao responder a alguma questão mais delicada sobre sua experiência de vida. Caso ocorra algum desconforto, você poderá a qualquer momento desistir de sua participação na pesquisa sem quaisquer prejuízos ou mesmo reivindicar ao pesquisador responsável o apoio no atendimento desse desconforto gerado pela investigação. Nesse caso, você será encaminhado(a) a um serviço de atendimento em saúde mental da rede municipal de saúde de Porto Alegre sob responsabilidade nesse encaminhamento do pesquisador responsável. Ainda, você terá direito, como participante da pesquisa, quanto à solicitação de indenização em caso de danos por meios judiciais e/ou extrajudiciais conforme a legislação brasileira, pois o consentimento de participação na pesquisa não retira os direitos previstos nos termos da Lei (artigos 927 a 954 da Lei 10.406/2002 e Resolução CNS n. 510 de 2016).

Benefícios: A participação na pesquisa não terá influência imediata na sua vida e nem lhe trará nenhum benefício imediato. A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos e para o aprimoramento e qualificação de políticas públicas para pessoas LGBTI+. Neste sentido, salienta-se que não haverá nenhum tipo de benefício financeiro, emocional ou de outra natureza para você. Serão adotados os seguintes protocolos sanitários para a realização das entrevistas de forma a manter a segurança das participantes: (i) Utilização de sala adequada, cujo ambiente estará limpo, garantirá o sigilo e será arejado com janelas abertas. Na sala estarão presentes o pesquisador responsável, o assistente de pesquisa e uma pessoa interlocutora por vez; (ii) Será respeitado o distanciamento mínimo de dois metros entre cada pessoa. Todos estarão

utilizando máscara KN95 ou PFF2 e será oferecido álcool gel 70% para limpeza das mãos e superfícies como mesa e cadeiras.

Garantia de respostas a qualquer pergunta: Esta pesquisa está sob a responsabilidade do pesquisador Guilherme Gomes Ferreira, professor adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Quaisquer esclarecimentos poderão ser oferecidos no momento da pesquisa ou posteriormente através dos seguintes contatos: +55 51 9 9438 1048 / guilhermeferreira@ufrgs.br. Se você considerar que seus direitos como participante da pesquisa não estão sendo respeitados ou se houver dúvidas quanto às questões éticas, é possível contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul através do endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600, sala 116 (Instituto de Psicologia) ou pelo telefone: +55 51 3308 3738 e e-mail: etica@propeq.ufrgs.br.

Voluntariedade da participação e liberdade de abandonar a pesquisa sem prejuízo para si: A sua participação é voluntária, não precisa participar desta pesquisa se não quiser. Se decidir não participar da pesquisa, é seu direito. Até mesmo se começar a entrevista, poderá cancelá-la em qualquer momento, sem nenhum problema.

Garantia de privacidade: Não será mencionada a sua identidade, seja em apresentações orais ou escritas que venham a ser divulgadas. Os dados de identificação das respondentes não serão publicados em nenhuma plataforma física ou digital. Os dados obtidos ficarão armazenados pelo período de 5 anos na sala 318 do Anexo I - Saúde da UFRGS sob responsabilidade do pesquisador responsável e após esse tempo serão destruídos ou excluídos dos drives virtuais. As informações obtidas somente serão utilizadas para fins de análise na composição de relatórios de pesquisa e publicações científicas.

Consentimento: Tendo em vista todos os itens acima apresentados e explicados, eu, _____ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e declaro que fui informado(a) sobre seu objetivo de maneira clara e detalhada.

Assinatura da participante

Guilherme Gomes Ferreira
Responsável pela Pesquisa

Ariel Bertoni Lopes
Assistente de Pesquisa

Apêndice 2: Roteiro de Tópicos Guias para entrevista

I. TRAJETÓRIA DE VIDA E RELAÇÃO COM O MOVIMENTO SOCIAL

- 1 | Inserção no movimento social ou na pauta LGBTI+ como servidor
- 2 | Principais demandas e lutas por direitos no início do movimento
- 3 | Contexto social da época (relação com política, partidos, aspectos sócio-econômicos)
- 3 | Principais feitos da organização em que se insere ou do setor do governo

II. REDE DE SERVIÇOS

- 1 | Lacunas e potências da rede atual de serviços
- 2 | Papel das ONGs e movimentos sociais e dos setores do governo
- 3 | Contradições na relação dos movimentos na prestação de serviços

III. PERSPECTIVAS DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTI+

- 1 | Futuras lutas por conquistas de direitos da população LGBTI+
- 2 | Expectativa referente a rede de serviços de atendimento a população LGBTI+